



Departamento de Sociologia

Atitudes de Trabalhadores do Serviço Doméstico face à Segurança
Social

Emanuel Fábio dos Santos Lopes Balsa

Dissertação submetida com requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Ciências do Trabalho e Relações Laborais

Orientador:

Professor Doutor Pierre Guibentif, Professor Associado

ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa

Setembro de 2012

Agradecimentos

A realização deste trabalho não teria sido possível sem o apoio directo ou indirecto de pessoas que contribuíram para que este se tornasse uma realidade, a todas elas o meu profundo agradecimento.

No entanto, gostaria de deixar um particular reconhecimento àqueles que tiveram um envolvimento mais relevante.

Em primeiro lugar, aos meus pais e irmão pela permanente ajuda e por estarem sempre presentes.

Ao professor Pierre Guibentif pelos ensinamentos transmitidos.

Ao Ruben Sousa pela disponibilidade que demonstrou em ajudar.

A todos os entrevistados que tão prontamente acederam ao pedido para participarem no estudo, bem como àqueles que fizeram com que fosse possível chegar até eles: Alexandre Martins; Mafalda Silva; Rebeca Miguez; D. Joaquina e principalmente à D. Lena, pela simpatia e perseverança (a boa vontade é tudo).

Gostaria, ainda, de fazer uma especial dedicatória à minha Mãe, indelével fonte de motivação e inspiração.

Resumo

A legislação que regula a segurança social do trabalhador doméstico atribui a este unicidades que o desfavorece perante os trabalhadores das outras profissões. De modo a investigar as atitudes e as formas de conduta que os trabalhadores do serviço doméstico manifestam face à segurança social a que têm direito, foi levado a cabo um estudo descritivo, de carácter qualitativo.

A partir de um guião de entrevista semiestruturado, previamente preparado, foram entrevistadas 12 trabalhadoras domésticas. As primeiras entrevistas serviram, essencialmente, para conhecer melhor a população alvo, aperfeiçoando o respectivo guião. O mesmo destacava temáticas como o conhecimento, o interesse, bem como os sentimentos e as opiniões relativos à segurança social.

Verificou-se que nove das dez participantes apresentavam uma atitude desfavorável à segurança social. A intensidade desse sentimento adverso atinge o máximo da escala com cinco das dez entrevistadas.

Constatou-se, ainda, que as entrevistadas possuem ínfimos conhecimentos sobre a segurança social no geral, assim como dos direitos e obrigações dos trabalhadores domésticos.

Por outro lado, estas demonstraram uma preocupação especial com o apoio na saúde, explicando que gostariam que este fosse melhorado.

Foi, também, possível verificar que existe uma relação entre as representações sociais das trabalhadoras domésticas, os anos de trabalho e a proximidade que têm com os patrões.

Palavras-chave: Segurança social; Trabalho Doméstico; Trabalho Precário; Atitudes dos Trabalhadores Domésticos.

Abstract

The law governing the social security for domestic workers attaches to them unique attributes which disfavor them against workers in other professions. In order to investigate the attitudes and forms of behavior that domestic service workers exhibit in face of the social security they are entitled a descriptive study of qualitative character was conducted.

From a semi-structured interview guide, previously prepared, 12 domestic workers were interviewed . The first interviews were used mainly to better understand the target population, perfecting the script. This guide highlighted their knowledge, interest, feelings and opinions regarding social security.

It was found that nine of the ten participants had an unfavorable attitude to social security. The intensity of this adverse feeling reaches the maximum scale with five out of the ten interviewed.

It was also found that the respondents have negligible knowledge of social security in general, as well as negligible knowledge of the rights and duties of domestic workers.

Moreover, they demonstrated a particular concern with health care, explaining that they would like it to be improved.

It was also possible to verify that there is a relationship between social representations of domestic workers, the years of work and the closeness they have with their employers.

Key-words: Social security; Housework; Precarious Work; Domestic Workers' Attitudes.

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
CÁPITULO I – REPRESENTAÇÃO SOCIAL E AS ATITUDES	3
1.1. A Construção das Representações Sociais e as Atitudes Face ao Trabalho.....	3
CÁPITULO II – O TRABALHO DOMÉSTICO.....	7
2.1. Trabalho Doméstico Remunerado.....	7
2.1.1. Perfil dos Trabalhadores Domésticos.....	9
2.1.2. Imigrantes e Trabalho Doméstico.....	11
CÁPITULO III – A PROTECÇÃO SOCIAL.....	13
3.1. As Suas Origens.....	13
3.2. O Caso Português.....	16
3.3. Segurança Social do Trabalhador Doméstico: Enquadramento Legal.....	19
CÁPITULO IV – METODOLOGIA.....	21
4.1. Tipo de Pesquisa.....	21
4.2. Procedimento.....	23
4.3. Caracterização dos Entrevistados.....	24
4.4. Instrumento.....	25
4.5. Estratégia de Análise de Dados.....	27
CÁPITULO V – RESULTADOS.....	29
5.1. Análise Geral dos Dados.....	29
5.2. Análise Categorical.....	33
5.3. Análise de Asserção Avaliativa.....	36

5.4. A Construção das Representações e Atitudes, Algumas Hipóteses Exploratórias.....	39
CONCLUSÃO.....	41
FONTES.....	43
BIBLIOGRAFIA.....	43
ANEXO A – Guião de Entrevista.....	I
ANEXO B – Resumo da Transcrição dos Entrevistas.....	V
ANEXO C – Etapas da Categorização com a Aplicação Informática Tropes.....	XV
Curriculum Vitae.....	XIX

Índice de Quadros

Quadro 2.1 – População Empregada em Actividades das Famílias Empregadoras de Pessoal Doméstico por Sexo, em Milhares de Indivíduos.....	7
Quadro 2.2 – População Empregada em Actividades das Famílias Empregadoras de Pessoal Doméstico por Grupo Etário, em Milhares de Indivíduos.....	8
Quadro 2.3 – População Empregada em Actividades das Famílias Empregadoras de Pessoal Doméstico por Nacionalidade, em Milhares de Indivíduos.....	8
Quadro 2.4 – População Empregada em Actividades das Famílias Empregadoras de Pessoal Doméstico por Situação na Profissão e Contrato de Trabalho, em Milhares de Indivíduos.....	9
Quadro 3.1 – Esquema da Forma Definitiva do Primeiro Sistema de Seguro.....	13
Quadro 4.1 – Caracterização do Perfil dos Entrevistados.....	25
Quadro 5.1 – Notação dos Conectores, Qualificadores e Objectos de Atitude.....	37

Índice de Figuras

Gráfico 5.1 - Trabalhadoras Inscritas na Segurança Social.....	30
Gráfico 5.2 - Tipo de Regime de Descontos Para a Segurança social.....	31
Gráfico 5.3 - Opinião Quanto às Diferenças Entre a Segurança Social dos Trabalhadores Domésticos e a dos Trabalhadores de Outras Profissões	31
Gráfico 5.4 - Quantidade de Patrões das Trabalhadoras Domésticas.....	32
Gráfico 5.5 - Quantidade de Assoalhadas Existente nas Casas Onde as Trabalhadoras Prestam Serviço.....	33
Gráfico 5.6 - Existência de Escritório em Pelo Menos Uma Casa Onde as Trabalhadoras Prestam Serviço.....	33
Tabela 5.1 – Grelha de Categorias Final e Respektivas Frequências.....	34
Figura 5.1 - Nível de Favoritismo/Desfavoritismo de Cada Entrevistada Perante a Segurança Social.....	38

INTRODUÇÃO

Nas sociedades desenvolvidas o trabalho doméstico remunerado tem vindo a adquirir especial importância, não só pelo imprescindível papel que desempenha no lar das famílias mais abastadas, mas, principalmente, por avivar o debate relacionado com a noção de trabalho decente, visto que fazer com que o trabalho doméstico reúna as condições necessárias para adquirir o estatuto de trabalho decente constitui um grande desafio (Sanches, 2009).

Uma observação mais cuidada do trabalho doméstico remunerado permite identificar várias singularidades que passam por esta ser uma profissão que se realiza dentro do domicílio, atribuindo pouca visibilidade a estes trabalhadores. Para além disso é visto como um trabalho precário, pouco valorizado socialmente, onde as pessoas que concorrem a este serviço são, na sua maioria, mulheres com baixas qualificações e com poucos recursos económicos (Gomes, 2009).

Conforme apontam vários autores (Anderson, 2000; Cohen, 1991) o trabalho doméstico é um sector de actividade que contém particularidades que fazem com que se torne menos favorável quando comparado com a maior parte das profissões. Um dos factores que contribui bastante para este facto encontra-se consagrado no art. 119 da Lei nº 110/2009, de 16 de Setembro. Esta lei regula a segurança social do trabalho doméstico, e o referido artigo legitima um regime especial que faz com que estes trabalhadores não usufruam de uma protecção social tão completa como os restantes trabalhadores.

Deste modo, pode-se concluir que até a lei que regula esta actividade desfavorece os trabalhadores domésticos, integrando estes num grupo profissional que para além de abarcar inúmeras desvantagens, é abrangido por uma lei que enaltece este facto, justificando assim a pertinência de um estudo nesta área.

O presente trabalho tem como principal objectivo averiguar a atitude dos trabalhadores domésticos perante a segurança social e, para além disso, tentar apurar qual o nível de conhecimentos que demonstram ter face não só a esta instituição mas também aos direitos e deveres inerentes à sua profissão. Tentar-se-á também perceber quais as principais melhorias que estes trabalhadores gostariam de ver implementadas na segurança social a que têm direito. Assim, este estudo pretende também contribuir e dar mais voz à discussão que se desenrola em torno da segurança social dos trabalhadores domésticos em Portugal.

Na primeira parte deste estudo fez-se um levantamento da produção científica académica sobre o tema, tanto no que diz respeito ao trabalho doméstico, como à segurança social, onde foi descrita a evolução, desta última, segundo a ordem das datas e dos factos.

Posteriormente foi feita a explanação da metodologia, onde se pode verificar que o presente estudo é de carácter qualitativo. Estão também explícitas as características principais dos participantes, a forma como foi possível chegar até estes, como foi feita a recolha de dados, e a estratégia adoptada para analisar a informação.

Na fase final, realizou-se a análise e discussão das entrevistas, em que numa primeira etapa foram descritas as principais tendências presentes na informação recolhida, como o número de entrevistados inscritos na segurança social, o regime de contribuições pertencente a estes, entre outros indicadores.

Na etapa seguinte, os dados foram analisados segundo categorias que permitissem identificar quais as melhorias que os entrevistados gostariam de ver implementadas, assim como quais as representações sociais e sentimentos que estes nutrem pela segurança social.

Posteriormente, a análise foi desenvolvida de modo a medir as atitudes dos entrevistados face à segurança social. Esta avaliação visava não apenas perceber se a atitude é favorável ou desfavorável, mas também o seu grau de intensidade.

Na última etapa procurou-se encontrar correlações entre as características do percurso de vida de cada entrevistado e as representações que estes manifestam relativamente à segurança social, para dessa forma formular algumas hipóteses exploratórias.

Presentemente, Portugal atravessa um período de instabilidade económica e consequentemente social que tem levado o actual governo a anunciar algumas medidas de implicação directa na vida dos trabalhadores. A mais mediatizada tem sido o aumento da taxa social única, isto é, tanto os trabalhadores do sector privado como do sector público vão passar a pagar mais sete pontos percentuais o que reflecte uma subida dos actuais 11% para os 18%. Embora isto não afecte o presente estudo, visto que o mesmo foi desenvolvido antes destas alterações, é sempre bom ter em atenção medidas que visam aumentar a austeridade para quem trabalha.

É importante, ainda, destacar que este trabalho pretende dar o seu contributo para a percepção da forma como a segurança social é apreendida, compreendida pelos trabalhadores domésticos. Os estudos seguintes poderão aprofundar a temática no sentido de tentar descobrir novas perspectivas para aperfeiçoar a segurança social do sector em causa.

CAPITULO I – REPRESENTAÇÃO SOCIAL E AS ATITUDES

1.1. – A Construção das Representações Sociais e as Atitudes Face ao Trabalho

Na perspectiva de Jodelet, as representações são importantes para a nossa vida cotidiana, pois sempre houve necessidade de estarmos informados sobre o mundo que nos rodeia, não só para saber como agir perante este, mas também para se conseguir reconhecer e revolver problemas. As representações guiam-nos “...no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva” (2001:17).

São vários os factores que têm influência na construção das representações. Por um lado, os órgãos de comunicação social têm a sua responsabilidade nesse processo, assim como os poderes institucionais. Por outro lado, as representações também são a expressão do grupo de pertença de um determinado indivíduo. O facto de os membros dum grupo partilharem o mesmo conjunto de definições faz com que estes adquiram uma visão da realidade muito semelhante. “Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as acções e trocas cotidianas – trata-se das funções e da dinâmica sociais das representações” (Jodelet, 2001:22). Partindo desta ideia, poderão os trabalhadores domésticos partilhar um parecer semelhante da sua condição? E será que este entra em conflito com o dos patrões? Como explica Lima (1994:216) a representação social pode reflectir “...uma consciência de classe no sentido exacto de oposição à exploração e solidariedade de classe...”.

Jodelet afirma que as representações sociais são uma forma de conhecimento não científico, com uma inequívoca finalidade social, fundamental para se saber como proceder no dia-a-dia. “É uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objectivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (2001:22).

Wagner (1999) justifica as representações sociais como consequência das condições sociais inerentes ao local onde os sujeitos cresceram. Mesmo que essas pessoas tenham personalidades muito distintas, encontram-se semelhanças ao nível da experiência social, da forma de pensar e de agir, assim como daquilo que manifestam e da própria forma como se expressam. Por outras palavras, verificam-se similaridades nas suas representações sociais.

Este autor vai mais longe explicando que as mudanças cotidianas no seio de um determinado grupo podem originar novas representações sociais. Para fundamentar esta afirmação Wagner (1999) dá o exemplo da população rural de Madagáscar, que à medida que foi introduzindo outro tipo de cultivo que exigia outro tipo de técnica, na sua produção

agrícola, adquiriu uma nova forma de representação social. Assim, podemos também concluir que é legítimo explicar as representações sociais enquanto variável dependente do contexto social. Neste sentido, seria interessante averiguar se, de alguma forma, as diferentes vivências de cada entrevistado podem, por sua vez, estar a influenciar as representações que estes manifestam em relação a segurança social.

A reflexão de Jovchelovitch introduz o conceito de mediação social para explicar como se constroem as representações sociais. Para esta autora o fenómeno em causa não se restringe ao somatório de representações individuais assim como a dimensão social está para além de um conjunto de pessoas. Aqueles processos que se geram entre os sujeitos e que permitem que a comunicação aconteça são vistos como processos de mediação social. Esta pode assumir variadas formas gerando representações sociais, pois pode ser interpretada como um espaço colectivo onde se produz conjuntamente conhecimentos comuns a todos os actores sociais. “Destá forma, elas não apenas surgem através de mediações sociais, mas tornam-se, elas próprias, mediações sociais” (1999:81).

A mesma autora refere, ainda, a objectivação e a ancoragem como meios concretos de estabelecer mediações. Por seu turno, Franco (2004) indica a objectivação e a ancoragem como dois processos sociocognitivos de especial importância na formação das representações sociais. O primeiro, também conhecido como núcleo central, acontece quando uma ideia, uma noção ou uma opinião é convertida em algo concreto. Deste modo, aquilo que era apenas um conceito transforma-se no núcleo central de uma dada representação, passando a ser visto como uma realidade concreta na voz daqueles que a manifestam.

O segundo processo importante denominado ancoragem, conhecido também como sistema periférico, reflecte a ligação entre o núcleo central e a realidade a que este faz referência, formando-se “...na parte operacional do núcleo central e em sua concretização, mediante apropriação individual e personalizada por parte de diferentes pessoas constituintes de grupos sociais diferenciados” (Franco 2004:175).

De acordo com Abric (2001), representação social reflecte um conjunto estruturado de opiniões, atitudes, crenças e informações relativos a uma situação ou objecto. O mesmo pode ser definido pelo próprio indivíduo, através do seu percurso biográfico, pela cultura social e ideológica pertencente a este, ou pela forma como ele está vinculado a essa cultura.

Já na visão de Doise representações sociais não são apenas opiniões consensuais, são “...tomadas de posição de natureza diferente, mesmo que às vezes possam ser utilizados pontos de referência comuns” (2001:192). Para este autor existe uma relação entre as

representações sociais e a atitude. Estudar a ligação desta última com as relações sociais que estão na sua origem significa analisá-las enquanto representações sociais.

Na voz de Freire as atitudes sociais face ao trabalho constituem uma das mais recentes áreas do conhecimento inerentes a sociologia do trabalho. Estas "...estão relacionados com os valores interiorizados pelos indivíduos e, necessariamente, com os processos de socialização a que o mesmo está sujeito" (2006:331).

Este autor explica que em sociologia do trabalho o conceito de atitude tem sido utilizado, não de forma restrita e direccionada, mas de maneira a reconhecer as representações mentais dos trabalhadores de um determinado sector, assim como as suas tendências de acção.

Para Alcobia (2011), as atitudes estão relacionadas com os valores, crenças, traços de personalidade e a ideologia das pessoas. Estas, por sua vez, exteriorizam sentimentos em relação a qualquer tipo de temas. Estes sentimentos são assinalados como atitudes.

Segundo este autor as atitudes estão alicerçadas em três vertentes principais: cognitiva; afectiva e comportamental. Deste modo, quando mais harmoniosa for a interacção entre estas três componentes, mais consistente será a atitude. No que diz respeito ao factor cognitivo, pode dizer-se que está relacionado com o processo mental, isto é, com as crenças e avaliações que os indivíduos utilizam para perceber o objecto da sua atitude. O factor afectivo, por outro lado, está ligado à emoção, ao sentimento que o indivíduo nutre por determinado assunto. Finalmente, o factor comportamental prende-se com a acção que cada indivíduo exerce sobre determinado objecto, de forma clara e estável (Alcobia, 2011).

Na visão de Freire (2000:166), "a avaliação que os indivíduos fazem da sua situação profissional é, antes de mais, estruturada pelas suas atitudes e posicionamentos face ao trabalho e pela afirmação do seu valor enquanto dimensão estruturante do tempo e dos restantes aspectos da vida social".

Existe uma multiplicidade de dimensões que auxiliam o diagnóstico das atitudes face ao trabalho. A representação social das profissões, a maneira como se encara o trabalho e os critérios de justiça acerca das remunerações são exemplos disso (Freire, 2000).

Conforme nos mostra este autor, através do seu estudo, para os inquiridos o valor do trabalho está relacionado, em primeira instância, com o facto de este contribuir para a independência do indivíduo e ser também um modo de obter dinheiro. Por outro lado, o trabalho também é encarado como uma forma de realização pessoal.

Um aspecto relevante para o presente estudo prende-se com o facto de os inquiridos perante a escolha entre uma profissão mais bem remunerada mas mais desvalorizada socialmente e outra menos bem paga mas com mais prestígio social, terem optado, na sua

maioria, pela primeira opção, evidenciando assim uma valorização dos aspectos materiais (Freire, 2000).

CÁPITULO II – O TRABALHO DOMÉSTICO

2.1 – Trabalho Doméstico Remunerado

Para Baptista (2011), existem três formas de trabalho doméstico: o trabalho doméstico não remunerado, realizado pelos domésticos; o trabalho doméstico remunerado, que pode ser declarado ou não declarado e que é executado pelos trabalhadores domésticos; e o trabalho doméstico facultado pelas empresas de limpeza, que está a cargo dos trabalhadores de limpeza domésticos.

Para o presente estudo interessa investigar os trabalhadores domésticos. Neste sentido, o guia prático do instituto da segurança social respeitante ao serviço doméstico (2012:4), define trabalhador doméstico como “...aquele que presta regularmente a outrem actividades destinadas à satisfação de um agregado familiar [...], recebendo em contrapartida uma remuneração”. Estes profissionais têm como tarefas a limpeza da casa, lavagem da roupa, cozinhar, tratar de crianças, de idosos e de animais, fazer serviços de jardinagem, costura, entre outros.

A partir de dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística relativos aos trabalhadores do serviço doméstico, com pelo menos uma contribuição paga no ano de 2011, foi possível identificar algumas evidências. Estes dados estatísticos apresentam algumas limitações, pois não é possível quantificar com precisão aceitável os trabalhadores domésticos do sexo masculino e os com idades entre os 15 e 24 anos. Para além disso as estatísticas apresentadas abrangem apenas os trabalhadores inscritos na segurança social, ou seja, todos aqueles que trabalham sem descontar não foram contabilizados nos quadros seguintes.

Esta análise visa dar a conhecer o universo dos trabalhadores que desenvolvem a sua actividade em território nacional, com contribuições pagas, segundo o sexo, grupo etário, nacionalidade, situação na profissão e contrato de trabalho.

Quadro 2.1 – População Empregada em Actividades das Famílias Empregadoras de Pessoal Doméstico por Sexo, em Milhares de Indivíduos

	2011
Feminino	133,8
Masculino	§
Total	135,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, (dados trabalhados).

§ - Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

Conforme evidencia o Quadro 2.1, os trabalhadores domésticos do sexo feminino encontram-se em esmagadora maioria perante o sexo oposto. Embora não se possa confirmar o número de trabalhadores, com contribuições pagas, do sexo masculino, pode-se concluir que a quantidade de trabalhadores domésticos do sexo feminino, cerca de 133 800 está muito próxima do número total de trabalhadores deste sector, que ronda os 135 600.

Quadro 2.2 – População Empregada em Actividades das Famílias Empregadoras de Pessoal Doméstico por Grupo Etário, em Milhares de Indivíduos

	2011
15-24 Anos	§
25-34 Anos	14,7
35-44 Anos	33,7
45 e mais anos	83,6
Total	135,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, (dados trabalhados).

§ - Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

Como indica o Quadro 2.2, apesar de não se ter conseguido apurar o número aproximado de trabalhadores na faixa etária entre os 15 e os 24 anos, verifica-se um padrão no que se refere à análise por escalão etário: o número de trabalhadores aumenta à medida que se sobe no grupo etário, visto que entre os 25 e os 34 anos apenas existem cerca de 14 700 trabalhadores domésticos, contra cerca de 83 600 no grupo com 45 ou mais anos.

Quadro 2.3 – População Empregada em Actividades das Famílias Empregadoras de Pessoal Doméstico por Nacionalidade, em Milhares de Indivíduos

	2011
Portuguesa	120,8
Estrangeira	14,8
Total	135,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, (dados trabalhados).

A partir da análise do Quadro 2.3 é possível constatar que existem mais trabalhadores domésticos de nacionalidade Portuguesa, com contribuições pagas, do que estrangeiros. Isto

porque, do total de cerca de 135 600 trabalhadores, aproximadamente 120 800 são Portugueses, sendo apenas cerca de 14 800 de outras nacionalidades.

Quadro 2.4 – População Empregada em Actividades das Famílias Empregadoras de Pessoal Doméstico por Situação na Profissão e Contrato de Trabalho, em Milhares de Indivíduos

	2011
Com contrato sem termo	92,8
Com contrato com termo	11,2
Outro tipo	20,6
Trabalhador por conta de outrem	124,6
Trabalhadores por conta própria	11,0
Total	135,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, (dados trabalhados).

Como se pode observar no Quadro 2.4, dos cerca de 124 600 trabalhadores que trabalham por conta de outrem, cerca de 92 800 assinaram contrato sem termo, cerca de 11 200 trabalham com contrato com termo e 20 600 estão vinculados a outro tipo de contrato. Restam ainda os trabalhadores por conta própria, que perfazem um total de cerca de 11 000. Deste modo, conclui-se que a maior parte dos trabalhadores encontram-se a trabalhar no regime de contrato sem termo, embora existam trabalhadores afectos a todos os tipos de contractos.

2.1.1. Perfil dos Trabalhadores Domésticos

Na visão de Blétière (2008a), inicialmente os trabalhadores deste sector de actividade eram, maioritariamente, jovens solteiras do sexo feminino, de fracos recursos económicos, que auferiam uma pequena remuneração, alimentação e um quarto para dormir em troca do seu trabalho. Como estas viviam na casa dos seus patrões até casarem, eram denominadas empregadas domésticas internas.

Mais tarde, segundo a mesma autora, os movimentos migratórios que surgiram após a I Guerra Mundial fizeram dos Estados Unidos o destino de muitos imigrantes provenientes do

Norte de África. Assim, as mulheres daqueles países foram ocupando o sector do serviço doméstico.

Ao contrário do que se verificava anteriormente, muitas destas mulheres eram casadas, logo não lhes interessava muito habitarem a casa onde trabalhavam, adquirindo, deste modo, mais autonomia (Blétière, 2008).

Gomes (2009:10), reforça a ideia que “o trabalho doméstico tende a ser efectuado por mulheres de baixos rendimentos, não qualificadas e de baixa instrução escolar. Empregadores e trabalhadores domésticas pertencem, geralmente, a classes sociais diferentes”. E estas, por seu turno, são muitas vezes oriundas de países estrangeiros, visto que, “este trabalho é, hoje, um dos sectores com maior presença de trabalhadores imigrantes” (Gomes, 2009:8). Sendo assim, será que ainda se verifica este padrão? Trabalhadores domésticos são pessoas pouco qualificadas que pertencem a uma classe social diferente da dos patrões?

A partir do trabalho de Baptista (2011), verificou-se que as preferências dos empregadores portugueses, em relação ao perfil do trabalhador doméstico, estão relacionadas com a composição do agregado familiar de quem contrata o serviço. Com base no resultado de entrevistas foi seleccionado um conjunto de variáveis que reflectem a preocupação da entidade patronal no que concerne ao perfil do trabalhador doméstico.

A idade revelou-se um critério relevante, visto que os entrevistados mostraram preocupação em ajustar a faixa etária às tarefas do lar. Quando é necessário cuidar de crianças, a tendência é escolher empregadas domésticas mais novas, pois é essencial mais energia e vigor, já quando é para tratar de idosos, as escolhas recaem sobre pessoas com mais idade.

As habilitações escolares são outro dos parâmetros escolhidos porque, não raras vezes, foi mencionado a preferência por trabalhadoras domésticas provenientes de países do leste, pois estas, geralmente, possuem níveis de formação mais elevados.

No que se refere às competências, Baptista (2011) verificou que se constata exigências ao nível das tarefas normais de uma casa, como lavar, passar, cozinhar. No entanto, deve-se referir que na escolha das competências os empregadores levam muito em consideração as características do agregado familiar.

Outra das variáveis a ter em conta é a língua, apesar de não ser uma exigência obrigatória, verifica-se que os empregadores dão preferência aos trabalhadores que têm conhecimento escrito e falado da língua portuguesa, especialmente quando as funções passam por lidar com crianças ou idosos.

Foi também apontada a nacionalidade como critério a ter em conta, visto que se verificou a existência de uma hierarquia, por parte dos empregadores, na escolha da nacionalidade dos trabalhadores, sendo as africanas e as brasileiras as últimas da lista de preferências.

Outras variáveis importantes para traçar o perfil dos trabalhadores domésticos na óptica dos empregadores são: experiência profissional; referências da trabalhadora; a apresentação da candidata; a questão de ter filhos em território nacional; e a percepção da maneira de ser da candidata enquanto pessoa.

Importa salientar que neste conjunto de requisitos não se falou sobre o facto de se preferir trabalhadores que paguem as suas contribuições. Então, será que os patrões fazem questão que os seus subalternos estejam inscritos na segurança social? O que será que se verifica a esse nível?

2.1.2. Imigrantes e Trabalho Doméstico

Como explica Silva (2005), a imigração em Portugal é uma realidade incontornável que atinge, neste novo milénio, dimensões muito expressivas. Deste modo, cabe ao Estado assim como à sociedade estudar e descobrir a melhor forma de lidar com o fenómeno.

Para este autor nas sociedades democráticas, que se querem livres e inclusivas, é imperioso que a protecção social consagre a situação dos residentes estrangeiros, sendo isso o que acontece a nível nacional. Em Portugal qualquer pessoa tem direito à segurança social conforme está previsto no Artigo 63.º/1 da Constituição da República Portuguesa e no Artigo 2 da lei de bases da segurança social.

Peixoto (2011), lembra que os imigrantes legais que estão a viver e a trabalhar em Portugal encontram-se abrangidos exactamente pelos mesmos direitos e deveres que qualquer cidadão nacional, isto é, tanto os trabalhadores estrangeiros legais como as suas famílias usufruem das mesmas prestações sociais que qualquer outro trabalhador de nacionalidade Portuguesa.

Não obstante, no caso dos estrangeiros que se encontram em situação irregular verifica-se algumas particularidades. O seu tipo de estatuto legal não impede que estes se inscrevam no sistema nacional de segurança social, mas o direito aos benefícios sociais só se verifica quando os imigrantes e suas famílias residem no país de forma legal. Deste modo, o facto de um imigrante, sem a sua situação regularizada, poder contribuir para a segurança social não significa que tenha direito a receber as respectivas prestações. “Esse tem sido um

dos fundamentos para, no âmbito da política de imigração, se considerar que a inscrição e as contribuições para a segurança social são um fundamento para a obtenção de estatuto legal, isto é, para a regularização de imigrantes” (Peixoto, 2011:76).

Na perspectiva de Baptista (2011:150), existe uma proliferação de trabalhadoras domésticas imigrantes, por um lado, porque os custos com este tipo de mão de obra são menores, pois recebem salários mais baixos, muitas vezes associados à economia informal. Por outro lado, as trabalhadoras imigrantes deste sector não encaram o contrato de trabalho como uma prioridade. “Para as trabalhadoras que estão em situação irregular, numa fase inicial é a necessidade de trabalhar e de enviar dinheiro para as famílias nos países de origem que predomina”. Assim, torna-se claro porquê que no quadro 2.3, o número de trabalhadores domésticos estrangeiros é reduzido em relação aos trabalhadores nacionais, esses dados apenas levam em consideração os trabalhadores inscritos na segurança social. Por outro lado, visto que este é um estudo sobre esta entidade, será que os trabalhadores domésticos imigrantes que não descontam vão aceitar entrar neste estudo e assim, na perspectiva deles, exporem os seus casos de ilegalidade?

Para Anderson (1997, 2000, 2001a), a questão das trabalhadoras domésticas imigrantes na U.E é merecedora de especial atenção, pois muitas delas, excluindo a prostituição, só lhes resta trabalharem no serviço doméstico, este trás consigo muitos desafios. Por um lado, é um sector que tem recebido pouca atenção dos sindicatos, dos activistas políticos e até das associações feministas. Por outro lado, a condição de invisibilidade inerente ao trabalho doméstico provoca situações de abusos por parte dos empregadores. Deste modo, Anderson achou necessário abordar a questão das organizações e associações que têm surgido com o intuito de auxiliar as trabalhadoras deste sector (1999, 2001b).

Existem ainda outros investigadores de referência que estudaram o caso das trabalhadoras domésticas imigrantes em países espalhados por todo o globo. Um desses autores dá a conhecer a situação das empregadas domésticas de etnia africana a trabalhar para patrões caucasianos no Canadá. Muitas destas trabalhadoras são vítimas duma situação de exploração e de discriminação étnica, que as obriga a adoptar estratégias para enfrentar essa condição (Cohen, 1991).

Ainda dentro desta área temos um artigo que visa dar conhecer as experiencias deste grupo de trabalhadores na Sicília, demonstrando que muitas vezes este sector de actividade é um entrave ao progresso dos imigrantes, empurrando-os assim na busca de melhores profissões (Cole, 2006).

CAPITULO III – A PROTECÇÃO SOCIAL

3.1. As Suas Origens

Na voz de Correia (1967), o homem sempre manifestou o desejo, não só de ver satisfeitas as suas necessidades imediatas, mas também de garantir o seu próprio sustento e da sua família pelo resto da sua vida. Contudo, foi paulatinamente que essa aspiração se alargou a toda a população.

A forte industrialização que se fazia sentir perto dos centros urbanos no séc. XIX, fomentou a emergência de trabalhadores, tornando-se visíveis as frágeis condições de existência desta classe, bem como a necessidade destes estarem protegidos contra a vulnerabilidade da vida (Correia, 1967).

Perante esta situação o chanceler Bismarck criou na Alemanha, entre 1883 e 1889, o primeiro plano de seguro social, que era financiado conjuntamente pelos trabalhadores, entidades patronais e Estado. Este sistema tinha, ainda, a particularidade “...do afastamento da aplicação estrita do princípio da proporcionalidade entre a contribuição já paga pelo trabalhador e pela entidade patronal e a prestação a que aquele tinha direito no caso de verificação da eventualidade” (Correia, 1967:11).

O referido sistema, na sua forma inicial, cobria os riscos que se consideravam ser mais comuns na vida de um trabalhador, por isso tinham o nome de “riscos sociais”, estes abrangiam a saúde, os acidentes de trabalho a invalidez e a velhice (Correia, 1967). A Quadro 3.1 evidencia de forma mais detalhada como se desenvolveu o sistema de seguros perspectivado por Bismarck.

Quadro 3.1 – Esquema da Forma Definitiva do Primeiro Sistema de Seguro

	Seguro de Saúde (1883)	Seguro de acidentes (1884)	Seguro de Velhice e de invalidez (1889)
Beneficiários	Trabalhadores sem a sua família (incluída a partir de 1909).	Trabalhadores	Trabalhadores, empregados com um rendimento até 2000 marcos <i>p.c.</i>); membros da família não incluídos.
Benefícios	Tratamento médico	Custos do tratamento	Pensão de invalidez

	gratuito, benefícios de doença no caso da incapacidade de trabalhar até 1/2 do montante do salário usual.	médico, pensões para o período de duração da incapacidade de trabalhar, pensões no custo da incapacidade total. (2/3 do rendimento)	no caso da incapacidade para trabalhar, tanto permanente como superior a um ano: pensões de velhice depois dos 70 anos.
Duração	Pagamento do período de doença até 13 semanas (alargado para 26 a partir de 1903).	Tratamento médico e pensões após 14 semanas.	Pensão de invalidez: 5 anos de contribuição como período de espera; pensão de velhice: 30 anos de contribuições.
Contribuintes	2/3 pelo segurado e 1/3 (ou mais) pelo patrão.	Patrões.	1/2 trabalhador e 1/2 patrão; contribuição do Estado de 50 marcos (por pensão p.c.).
Instituições de Apoio	(Principalmente) «Ortskrankenkasse» (repartições e fundos de seguros locais/auto-administrados).	«Berufsgenossenschaften» (Associações patronais – subdivididas por sectores industriais).	«Landesversicherungsanstalten» (Instituições regionais de seguros (públicas)).

Fonte: A construção do Estado Social Alemão e a política social de Bismarck (Machtan, 1999:13).

Na voz de Machtan, na segunda metade do séc. XIX, o Chanceler do Império Alemão Bismarck defendia a ideia de que os trabalhadores deveriam ter algum tipo de protecção no trabalho. Assim ao analisar o relatório do industrial Lois Baare, que propunha que fosse o estado a estruturar um sistema de seguros para os trabalhadores, “...Bismarck chegou à conclusão que apenas uma política social estatal baseada num sistema de seguros seria aceitável para a indústria alemã” (1999:11). Isto porque os industriais não poderiam ser os

únicos responsáveis pelos acidentes de trabalho que deixariam os operários incapacitados, isso significaria avultadas perdas nos lucros.

Segundo o mesmo autor a intervenção estatal fazia com que as empresas não perdessem o seu poder económico, pois a segurança social seria desenvolvida de forma a não interferir nas regras da estrutura económica do capitalismo. Neste sentido, a grande novidade reside no facto do Estado ser o principal interveniente deste projecto. Assim sendo, este programa, dos seguros dos riscos sociais, assentou desde o começo numa sólida base política.

A política social de Bismarck teve como principal finalidade ideológica conceber um programa de auxílio aos trabalhadores, quando estes estivessem a atravessar um período de dificuldade. “Pela primeira vez os trabalhadores podiam receber aquilo a que «tinham direito»: a segurança material garantida pela autoridade do Estado e a assistência aos que tinham menores recursos económicos, aos trabalhadores necessitados” (Machtan, 1999:12).

Posteriormente, à iniciativa de Bismarck seguiram-se em outros países planos de protecção social aos indivíduos, como foi o caso da Dinamarca ainda no séc. XIX, ou o caso dos Estados Unidos da América com a lei federal de 1935 que introduz pela primeira vez o termo “segurança social”. Também na Nova Zelândia foi criado em 1938 um imposto geral que tinha como objectivo financiar ajuda a quem estivesse em situação de risco social. Ainda neste âmbito, existe a Carta do Atlântico assinada em 1941 que visava, entre outras coisas, a melhoria da situação do trabalhador, nomeadamente através da segurança social. (Correia, 1967).

Contudo, Correia (1967:16) faz uma referência especial ao Relatório Beveridge como marco importante na história da protecção social, pois “...este documento pode na verdade considerar-se como o primeiro plano de segurança social estruturado segundo as condições modernas”.

Segundo Leal (1966), em Junho de 1941 o economista William Beveridge presidiu uma comissão organizada em Inglaterra com a finalidade de analisar os planos de seguros sociais e os serviços conexos, para propor alterações que lhe afigurassem necessárias. O resultado final dessa comissão é um relatório publicado em 1942, com o título “Social Insurance and Allied Services” (Seguro Social e Serviços Conexos), que ficou conhecido como o Plano Beveridge.

A protecção social Inglesa antes do Relatório Beveridge apresentava sérias limitações, assim, de forma a ultrapassar essas deficiências, o citado relatório propôs um plano de segurança social “...que protegesse toda a população contra a suspensão ou a eliminação da capacidade de ganho e os encargos especiais provenientes do nascimento, do casamento e da

morte, e que fosse completado pela assistência pública e pelo seguro livre” (Leal, 1966:52). Para que esses objectivos fossem satisfeitos este sistema de segurança social propunha, segundo Leal (1966), seis princípios fundamentais.

O primeiro princípio dividia a população em grupos ou classes para que tanto as prestações como os benefícios fossem de igual valor para cada um dos grupos, excepto nas indemnizações de doença profissional ou de incapacidade prolongada devido a acidentes de trabalho.

O segundo garantia a uniformidade das contribuições, independentemente do valor efectivo dos ganhos.

Em terceiro lugar, encontra-se o princípio da unificação administrativa que para além de prever a criação do Ministério da Segurança Social, encarregue de aplicar o plano, também tencionava simplificar a burocracia existente no pagamento das contribuições e na recepção das prestações.

O quarto princípio diz que cada caso tem características próprias e que tanto as prestações como os benefícios deveriam ter os montantes e a duração ajustados a essas particularidades.

O princípio número 5 pretende, não só, alargar o plano a todos os cidadãos, mas também aumentar o máximo possível a cobertura dos riscos sociais.

Finalmente, temos o 6º princípio que leva em consideração o facto de existir heterogeneidade no que respeita à situação perante a profissão, assim o relatório prevê a divisão da população em 6 classes distintas, onde o seguro social estaria adequado a cada uma delas.

De acordo com Correia (1967:18), “estas propostas alcançaram, de um modo geral, consagração legislativa em Inglaterra e foi enorme a sua difusão também fora deste país, tendo elas vindo a influenciar a revisão de numerosas legislações, quer directa, quer indirectamente através da acção de vários organismos internacionais”.

3.2. O Caso Português

Na visão de autores como Carreira (1996) e Maia (1985) a assistência social pública tem a sua origem em 1835 com a criação do Conselho Geral de Beneficência.

No entanto, a assistência pública e o mutualismo nunca satisfizeram as novas e cada vez maiores necessidades de protecção. Aquela não reconhece um direito, porque coloca a prestação na dependência da iniciativa voluntária, movida por misericórdia ou caridade, ou se, excepcionalmente, imputa ao Estado

uma obrigação, não lhe faz corresponder um poder legal e tutelado de exigir a obtenção da prestação (Carreira, 1996:14).

O primeiro sistema de seguros sociais obrigatórios legalmente concebido em Portugal, onde está previsto um esquema de contribuições e prestações, foi criado em 1919 (Maia, 1985). Segundo Pereira (1999), este sistema só incluía os trabalhadores mais pobres, visto que só aqueles que auferiam menos de 900\$00 anuais podiam ser abrangidos por estes seguros. Contudo, os assalariados que recebiam mais de 900\$00 escudos podiam contribuir com uma cota mais elevada, mas só teriam direito ao seguro de doença e de incapacidade temporária de trabalho no caso de alteração de rendimentos.

Este sistema de seguros não foi muito bem-sucedido, tendo sido considerado um fracasso, pois não conseguiu alcançar o crédito dos interessados (Maia, 1985). Assim, a partir de 1933, com o aparecimento do regime político Estado Novo, e no seguimento de uma nova Constituição, foi elaborado um plano de seguro social obrigatório, articulado com as instituições mutualistas já existentes, formando, desta forma, a Previdência Social. Neste âmbito, foi publicado o Estatuto do Trabalhador Nacional, onde estava previsto a protecção do trabalhador na doença, invalidez, desemprego involuntário e a atribuição de pensões de reforma (Carreira, 1996).

Devido às lacunas e insuficiências que o sistema de previdência social desenvolvido nos anos 30 do séc. XX viria a revelar, foram sendo implantadas ao longo dos anos seguintes algumas melhorias. No entanto, estas também não foram suficientes para alcançar uma protecção que abrangesse os vários sectores de actividade de forma semelhante e equilibrada (Maia, 1985). Reuniram-se, assim, as razões para que em 1962 e 1963 fosse levada a cabo uma reforma do sistema que viria a alargar "...as eventualidades cobertas, introduzindo uma regulamentação mais rigorosa e modificando o método do financiamento. Mas não criou, nomeadamente e desde logo, condições para suprir as suas maiores insuficiências e lacunas na protecção dos trabalhadores da agricultura e dos independentes" (Carreira, 1996:18).

Conforme nos explica Maia (1985), até 1974 foram sendo efectuadas algumas medidas no campo da protecção social. São exemplo destas: o regime especial do abono de família que a partir de Maio de 1969 passa a abranger também os trabalhadores agrícolas, da silvicultura e pecuária; as pensões de sobrevivência, que em 1970 alargam o campo de acção a mais beneficiários; o seguro de doenças profissionais, onde a legislação de 1973 prevê que até 1975 os trabalhadores dos sectores do comércio, indústria e serviços abrangidos pela caixa de previdência e abono de família passem a usufruir deste benefício. Temos ainda o caso dos trabalhadores domésticos que, segundo Carreira (1996), só em 1973 foram incluídos no

sistema de seguros obrigatórios, passando a estar abrangidos pelas pensões de invalidez e velhice e pelos subsídios de doença e maternidade. No entanto, ainda hoje, os trabalhadores domésticos não têm a sua situação equiparada aos trabalhadores das restantes profissões. Mas terão eles consciência disso? Qual será o nível de conhecimento que estes trabalhadores têm em relação a este assunto?

Autores como Marques (1997) e Pereira (1999), referem que a protecção social Portuguesa antes do 25 de Abril de 1974 era bastante limitada, só após esta data o sistema de segurança social passou a incluir as classes médias, instituindo-se assim o princípio do universalismo. “É um sistema que visou promover a igualdade a um nível elevado, não se restringindo às necessidades mínimas” (Pereira, 1999:61).

De acordo com Pereira (2000), foi a partir de 1974 que a protecção social começou a alargar o âmbito de intervenção a toda a população, de igual modo, as prestações sociais tornaram-se mais generosas. Houve após esta data medidas importantes, como por exemplo a criação do regime não contributivo que visava fazer face a eventualidades não previstas nos regimes já existentes, também foi implementado o 13º mês e mais tarde o 14º, assim como a taxa social única, a pensão unificada, entre outros.

No que respeita ao caso dos trabalhadores do serviço doméstico constata-se que em 1978 os mesmos foram integrados no regime geral da segurança social, e que antes eram apenas abrangidos pelo regime especial (Marques, 1997). Por outro lado, o trabalhador doméstico saberá que o regime especial ainda está em vigor? E que o regime geral não está ao alcance de todos os trabalhadores? Ou, em vez disto, o trabalhador doméstico não tem a mínima noção destes assuntos?

A primeira lei de bases da segurança social foi aprovada na década de 80 do séc. XX. A mesma tinha como finalidade proteger os trabalhadores e as respectivas famílias em caso de falta de trabalho ou incapacidade para executá-lo, em situação de desemprego, morte, assim como auxiliar nos encargos familiares. Esta lei previa, ainda, a protecção social a pessoas que não tivessem formas de subsistência (Peixoto, 2011).

Nos anos 90 verificaram-se reformas nos regimes da segurança social. Por um lado, a fixação das taxas contributivas dos trabalhadores por conta de outrem, do regime geral, passou a obedecer a princípios gerais. Houve também o ajuste dessas taxas a situações específicas, relacionadas, não só, mas também, com questões de foro material. Por outro lado, verificou-se “...o alargamento do campo de aplicação do Regime Jurídico das Infracções Fiscais Não Aduaneiras às infracções praticadas no âmbito dos regimes de segurança social

pelos respectivos contribuintes, definindo e penalizando os crimes contra a segurança social” (Peixoto, 2011:37).

A partir de 2000 foram introduzidas novas leis de bases da segurança social, que eram sobretudo subsistemas de protecção social à cidadania, à família, e medidas previdenciais (Peixoto, 2011).

Em 2002 foi aprovada uma nova lei que determinava três sistemas: um sistema público de segurança social; um sistema de acção social; e um sistema complementar.

Mais tarde, em 2007, com a eleição de um novo governo foi adoptada uma lei que compunha o sistema de segurança social a partir do sistema previdencial, do sistema de protecção social de cidadania e do sistema complementar. As principais mudanças desta lei prendem-se com a questão das pensões, visto que houve alterações nas fórmulas de cálculo, determinou-se um limite para as pensões mais altas, e adaptou-se o sistema às mudanças que se verificaram na esperança de vida (Peixoto, 2011).

3.3. Segurança Social do Trabalhador Doméstico: Enquadramento Legal

Os trabalhadores do serviço doméstico, muitos deles imigrantes, são alvo duma situação desfavorável no que se refere à regulação jurídica, pois existe na lei um regime especial que “...acarreta alguns direitos menos vantajosos quando comparáveis com o dos trabalhadores do regime geral” (Gomes 2009:17). Perante isto, torna-se importante tentar perceber se os trabalhadores domésticos têm uma atitude favorável ou desfavorável em relação à segurança social. O que eles gostariam de ver modificado nesta lei?

Actualmente, o que regula o regime do serviço doméstico é o Decreto-Lei n.º 235/92, de 24 de Outubro, onde se encontram, por exemplo, questões relacionadas com o contrato, salários e subsídios, deveres e direitos tanto dos trabalhadores como das entidades patronais, entre outras questões.

No que concerne a assuntos relacionados com a segurança social temos a Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, onde estão previstos dois esquemas diferentes de segurança social que podem incidir sobre os trabalhadores do serviço doméstico. Por um lado, temos o regime baseado na declaração do salário real, este oferece ao trabalhador do serviço doméstico uma protecção mais completa. Como nos mostra o art. 118/1/2 da lei atrás referida, os trabalhadores que descontam com base neste esquema, para além de terem “...direito à protecção nas eventualidades de doença, parentalidade, doenças profissionais, invalidez, velhice e morte [...], têm ainda direito à protecção na eventualidade de desemprego quando a

base de incidência contributiva corresponde a remuneração efectivamente auferida em regime de contrato de trabalho mensal a tempo completo”. No entanto, segundo o art. 120/1/2 da mesma lei, para poderem optar por este regime os trabalhadores deste sector têm, obrigatoriamente, que ser empregados a tempo completo, trabalhar apenas para uma entidade patronal e possuir um acordo escrito que comprove que o trabalhador desconta com base no salário efectivamente auferido. Ou seja, os empregados que trabalham para vários patrões nunca poderão optar por este esquema.

Em contrapartida, existe o regime baseado na remuneração convencional consagrado no art. 119 da lei aqui tratada que permite aos trabalhadores do serviço doméstico descontar para a segurança social com base num valor pré-definido abaixo do valor efectivamente recebido, pois o salário mínimo do trabalhador doméstico, presentemente, é de 485€, conforme legitima Lei nº 7/2009 art.273, e o salário convencional é de 356,34€. Assim, de acordo com o art. 118/1 da Lei nº 110/2009 os trabalhadores que descontam com base neste esquema apenas “...têm direito à protecção nas eventualidades de doença, parentalidade, doenças profissionais, invalidez, velhice e morte”, não tendo direito ao subsídio de desemprego. E, como lembra a Brochura *Direitos e deveres no trabalho doméstico*, este regime permite tanto ao trabalhador como à entidade empregadora pagar contribuições à segurança social mais baixas e fixas, isto é, mesmo que o salário do trabalhador aumente as contribuições mantêm-se as mesmas. Ao mesmo tempo desobriga a entidade patronal de comprovar o valor pago ao funcionário e a segurança social está dispensada de fazer averiguações nesse sentido. Não obstante, “...as prestações, em particular as pensões, serão calculadas em função destas contribuições e terão um montante reduzido” (2012:26).

O art. 169/1/2/3 da Lei nº 110/2009 prevê, ainda, uma outra possibilidade de inscrição na segurança social por parte do trabalhador do serviço doméstico. Este poderá inscrever-se, em nome próprio, no “regime de seguro social voluntário” que existe para “...cidadãos nacionais, maiores, considerados aptos para o trabalho e que não estejam abrangidos por regime obrigatório de protecção social ou que, estando, os mesmos não relevem no âmbito do sistema de segurança social português” (art. 169/1 da Lei nº 110/2009).

Segundo o art.180/1 da Lei nº 110/2009 este regime funciona com bases de incidência contributiva, “...a base de incidência contributiva corresponde a uma remuneração convencional e é escolhida pelo beneficiário, de acordo...” com vários tipos de escalões. O trabalhador pode ainda optar por diferentes taxas contributivas que abrangerão diferentes situações, conforme nos mostra o art. 184º/1/2/3 da mesma Lei.

A taxa contributiva correspondente à cobertura das eventualidades de invalidez, velhice e morte é de 26,9 %, [...] a correspondente à protecção nas eventualidades doença, doenças profissionais e parentalidade, invalidez, velhice e morte é de 29,6 %, a taxa [...] correspondente à cobertura das eventualidades de doença profissional, invalidez, velhice e morte é de 27,4 %.

Por último, “a taxa contributiva correspondente à cobertura da eventualidade de doenças profissionais é de 0,5 %”.

Neste âmbito, foi possível verificar que os trabalhadores abrangidos por este regime não têm acesso ao subsídio de desemprego.

Em síntese, com recurso à legislação em vigor foi possível verificar que só os trabalhadores que declaram a remuneração real têm direito a uma segurança social mais completa, mas para isso é necessário reunir um conjunto de condições, nomeadamente trabalhar a tempo completo para uma só entidade patronal, bem como possuir um contrato por escrito que estipule que as contribuições serão calculadas com base no salário real. Todos os trabalhadores que não reúnam uma destas características terão que descontar, obrigatoriamente, sob o regime de remuneração convencional, e mesmo os que as reúnam poderão optar por esse regime. Neste sentido, todos os trabalhadores do serviço doméstico que trabalhem em mais de um lar, ou não trabalhem a tempo completo, serão abrangidos por um regime de segurança social onde, para além de não existir protecção no desemprego, o valor das pensões é mais reduzido.

CÁPITULO IV – METODOLOGIA

4.1. Tipo de Pesquisa

Este trabalho tem como objectivo medir as atitudes dos trabalhadores do serviço doméstico relativamente à segurança social, descobrir o nível de conhecimentos que estes trabalhadores têm sobre esta instituição e inferir as mudanças que os mesmos gostariam de ver implementadas na segurança social.

Verificou-se que o método mais adequado para a execução do presente estudo é a pesquisa qualitativa, pois como explica Günther (2006:207), a escolha da metodologia prende-se, também, com questões de exequibilidade. “Considerando os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica, coloca-se para o pesquisador e para a sua equipe a tarefa de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita, num mínimo de tempo, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenómeno...”.

Neste sentido, o facto de não se ter conseguido entrar em contacto com um grande número de trabalhadores domésticos justifica o uso da pesquisa qualitativa, pois esta está mais vocacionada para um grupo reduzido de participantes, ao contrário da pesquisa quantitativa onde é necessário um número elevado de frequências que torne os cálculos possíveis (Bardin, 2009). Como escreveu Guerra (2006), numa análise qualitativa é mais relevante reunir um diminuto número de pessoas com perfis diversificados, que sejam socialmente significativas, do que juntar um grande número de indivíduos estatisticamente representativos. Ou seja, o que se procura é que os poucos participantes sejam socialmente representativos.

No que se refere às hipóteses, Bardin (2009) e Guerra (2006) adiantam que, em estudos qualitativos, estas são dispensáveis, pois o que se pretende é que o material recolhido vá conduzindo a investigação, e não que esta esteja condicionada pelos quadros de análise determinados *a priori*.

A recolha de dados foi feita com recurso à entrevista. Esta técnica possibilita a comunicação e a interacção com o entrevistado que, quando devidamente potenciada, fornece material informativo muito rico e profundo. A variante semiestruturada, que será utilizada neste trabalho, caracteriza-se pela utilização de um guião de entrevista com perguntas relativamente abertas em que o interlocutor poderá responder da forma que quiser, tanto ao nível do vocabulário e expressões utilizadas, como no que se refere à ordem das perguntas. O entrevistador terá que conduzir a entrevista de forma a não influenciar as respostas do entrevistado, sem nunca deixar que este se afaste muito dos objectivos (Quivy e Campenhoudt, 2008).

Para Quivy e Campenhoudt (2008), o citado método adequa-se à análise do significado das acções dos indivíduos e das situações com que se deparam, tentando identificar os seus sistemas de valores, atitudes, crenças e as referências adquiridas ao longo do seu percurso de vida. Poder-se-á, deste modo, aceder às representações que os trabalhadores domésticos fazem da segurança social que lhes é atribuída.

O investigador Vilelas explica que esta técnica possui algumas limitações. Por exemplo, o interlocutor falar-nos-á daquilo que lhe for perguntado, no entanto, fá-lo-á conforme a imagem que construiu de um determinado objecto, de acordo com os seus estereótipos, preconceitos e prenoções. “A própria imagem que o entrevistado tem de si mesmo poderá ser radicalmente falsa ou, em todo o caso, poderá de algum modo ser idealizada, distorcida, melhorada ou aperfeiçoada segundo factores [...] que nunca podemos prever em pormenor” (2009:280).

Não obstante, a entrevista é um método que exige do pesquisador uma atenção permanente de modo a que este vá adaptando cada intervenção às respostas do entrevistado, isto fará com que o material recolhido durante essa fase seja mais elucidativo e profundo, garantido assim dados mais relevantes para a pesquisa (Lessard-Hébert, 1994).

4.2. Procedimento

Como estratégia para encontrar os indivíduos com as características necessárias enderecei um pedido de colaboração, via correio electrónico, ao sindicato responsável pelos trabalhadores domésticos, designado por STAD (Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas). Contudo, não obtive qualquer tipo de resposta, o que me levou a persistir no contacto via correio electrónico até me responderem, o que demorou quase dois meses. A resposta foi positiva e, fui informado que para dar prosseguimento ao assunto teria que contactar via telefone a adjunta de direcção do sindicato. No entanto, nos inúmeros telefonemas que fiz não consegui falar com a referida adjunta, algumas vezes não se encontrava, outras estava para sair ou encontrava-se em reunião. Posto isto, decidi dirigir-me pessoalmente ao sindicato onde fui informado que não ia ser possível ser atendido pela dita pessoa, pois esta encontrava-se pronta para sair.

Sendo assim, resolvi escolher outra via para chegar aos trabalhadores domésticos, servindo-me novamente do correio electrónico, enviei um novo pedido a duas associações, à Solidariedade Imigrante e ao Grupo de Apoio às Mulheres Imigrantes. Em ambos os casos tive que repetir o envio do pedido de colaboração quantas vezes se verificaram necessárias até receber uma resposta. Meses depois, fui informado pela Solidariedade Imigrante que não aceitavam a proposta de colaboração pois tinham “preocupações mais importantes e prioritárias a fazer com as pessoas”. No mesmo dia recebo outra mensagem via correio electrónico da mesma associação, concluindo que foi a minha insistência que lhes tirou toda a vontade de me ajudarem.

Quanto à outra associação, ao Grupo de Apoio às Mulheres Imigrantes, visto também não estar a obter qualquer tipo de resposta aos sucessivos pedidos decidi redigir um novo pedido, ao que me responderam dizendo que iam estudar a minha proposta e que brevemente entrariam em contacto comigo. Como o contacto estava a tardar entendi que deveria tentar apurar o que tinha acontecido, então informaram-me que eu já tinha recebido a resposta através da associação Solidariedade Imigrante. Resposta, esta, negativa.

Depois disto, tive a ideia de solicitar colaboração a duas empresas de recrutamento de empregados domésticos, não tendo obtido resposta a essas solicitações.

Continuando a busca por participantes, passei uma tarde à porta do Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas, com o intuito de abordar naquele local as trabalhadoras domésticas. Ao longo do tempo que lá estive saiu do sindicato uma trabalhadora doméstica que me disse não ter tempo para a entrevista.

Como forma de esgotar todas as possibilidades falei com todos aqueles que conhecia sobre a minha necessidade de encontrar trabalhadores domésticos e desse modo fui conseguindo, com dificuldade e de forma faseada, entrar em contacto com pessoas interessadas em colaborar. Amigos e conhecidos sempre que conseguiam alguém para a entrevista contactavam-me informando do local e hora que as trabalhadoras teriam disponibilidade.

Deste modo, consegui reunir um grupo de 12 trabalhadoras domésticas dispostos a colaborar. Duas delas foram escolhidas para fazer parte da fase exploratória, onde foi aplicada a entrevista piloto, revelando-se muito uteis nessa etapa.

Sempre que me encontrava com uma das entrevistadas, depois de me apresentar, tinha o cuidado de informar que a entrevista ia ser gravada e qual a finalidade da gravação, que todos os dados seriam confidenciais, de uso académico e que o objectivo do estudo seria perceber qual a atitude do trabalhador doméstico face à segurança social. Todas as entrevistas foram realizadas nos locais e hora escolhidos pelas participantes, que incluíam lugares como as suas casas, esplanadas de café perto dos seus locais de trabalho e à saída do prédio onde prestavam serviços. As entrevistas foram efectuadas nos meses de Julho e Agosto, todas elas foram gravadas e posteriormente transcritas.

4.3. Caracterização dos Entrevistados

Reuniu-se um conjunto de 12 empregadas domésticas para participarem no estudo, 10 pertencem ao concelho de Lisboa e duas ao concelho de Lagos no Algarve, sendo uma destas de nacionalidade angolana. Estas últimas foram seleccionadas para testar o guião de entrevista exploratório, as restantes dez entrevistadas responderam ao guião final.

Do conjunto de dez trabalhadoras domésticas que responderam ao guião final duas são solteiras, uma é junta, quatro são casadas, uma é divorciada e duas são viúvas. Apesar de

todas pertencerem ao distrito de Lisboa, habitam freguesias distintas, têm histórias de vida muito diferentes e encontram-se no mercado do serviço doméstico por razões diversas.

É de salientar que no que respeita às habilitações literárias, três das participantes têm estudos ao nível do Ensino primário, duas têm ao nível do segundo ciclo, quatro ao nível do terceiro ciclo e uma apresenta habilitações ao nível do ensino secundário. Importa ainda referir que uma das entrevistadas é de Etnia Cigana. Não obstante, e como se temia, verificou-se uma grande relutância por parte das trabalhadoras domésticas estrangeiras em participar no estudo. Assim que eram informadas que teriam que expor a sua opinião e situação perante a segurança social, estas não aceitavam ser entrevistadas.

No quadro 4.1 que se segue é apresentado, resumidamente, o perfil dos entrevistados.

Quadro 4.1 – Caracterização do Perfil dos Entrevistados

	Nacionalidade	Sexo	Idade	Estado Civil	Tem Filhos	Habilitações Literárias
E1	Portuguesa	F	22	Solteira	Não	12º Ano
E2	Portuguesa	F	48	Casada	Sim	4º Classe
E3	Portuguesa	F	46	Casada	Sim	7º Ano
E4	Portuguesa	F	45	Junta	Sim	9º Ano
E5	Portuguesa	F	59	Casada	Sim	7º Ano
E6	Portuguesa	F	62	Viúva	Sim	4ª Classe
E7	Portuguesa	F	41	Casada	Sim	9º Ano
E8	Portuguesa	F	60	Viúva	Sim	4ª Classe
E9	Portuguesa (Etnia Cigana)	F	40	Solteira	Não	9º Ano
E10	Portuguesa	F	49	Divorciada	Sim	9º Ano

Fonte: Construção Própria

4.4. Instrumento

A escolha da entrevista semiestruturada como instrumento metodológico deste estudo prende-se com o facto de se querer captar a maneira própria que cada indivíduo tem de encarar uma dada realidade, neste caso, a forma como cada trabalhador doméstico com as suas particularidades encara a segurança social. Assim, a preferência neste tipo de entrevista está ligada “...à expectativa de os pontos de vista dos sujeitos serem mais facilmente expressos

numa situação de entrevista relativamente aberta do que numa entrevista estruturada ou num questionário” (Kohli, 1978 citado por Flick, 2005:77).

Albarello et al (2005) explica que no guião de entrevista os temas a abordar devem ser formulados de modo a que o investigador possa intervir, fazendo com que o interlocutor deixe fluir o seu pensamento mais profundo. À parte disto, de forma a estimular a conversa, é necessário que o vocabulário utilizado no decorrer da entrevista seja perceptível pelo entrevistado e que as questões sejam incitativas de forma a não cortar a sequência lógica do discurso da pessoa.

A elaboração do guião de entrevista respeitou regras propostas por autores como Albarello et al (2005), Flick (2005), Guerra (2006), Moreira (1994), Quivy e Campenhoudt (2008).

Pretendeu-se com esta entrevista aceder às considerações, concepções e sentimentos que os entrevistados nutrem pela segurança social, assim como conhecer um pouco do trabalho que estes desempenham e o tipo de casas onde trabalham. O guião está dividido em sete partes principais: (I) Caracterização do Tipo de Trabalho Doméstico; (II) Conhecimento Geral do Sistema de Segurança Social; (III) Manifestações de Interesse Relacionadas com a Segurança Social; (IV) Atitudes dos Patrões Perante a Segurança Social; (V) Percepção e Atitudes Perante a Segurança Social; (VI) Caracterização da(s) habitação/habitacões onde trabalha; (VII) Caracterização Sociográfica.

Para não dar um ar de interrogatório à entrevista, na parte (I) optou-se por tentar apurar como é, e em que consiste o trabalho doméstico realizado pelo trabalhador, particularmente no que respeita aos horários de trabalho, às funções que desempenha e ao número de patrões que tem.

Numa segunda parte (II) o objectivo consistiu em direccionar mais para o tema central no sentido de perceber o que o entrevistado pensa e espera da segurança social.

Na terceira parte (III) foi possível obter informação acerca do interesse que cada participante manifesta sobre a segurança social, nomeadamente se já alguma vez procuraram se informar sobre a segurança social e em que situação; se já tiveram algum tipo de contacto com a segurança social; e se têm tido contacto com alguma associação que trate de problemas dos empregados domésticos.

A finalidade da parte (IV) foi perceber qual é o comportamento dos patrões em relação a segurança social do trabalhador. Assim, tentou-se apurar se os patrões já tinham falado alguma vez da segurança social com os entrevistados e o que tinham dito, e se o trabalhador confiava no patrão ao ponto de assumir que as explicações que estes lhes dão são verdadeiras.

Com a parte (V) pretendia-se descobrir qual a atitude do entrevistado perante a segurança social, isto é, se este se encontra inscrito na segurança social, quem faz os seus descontos e que regime optou, de quem foi a escolha do regime em questão, o porque de ter optado por esse e não por outro, o que pensa desse regime tanto ao nível das prestações que paga como ao nível das prestações a que terá direito, se acha que a segurança social do trabalhador doméstico é diferente da dos empregados noutras profissões, o que sabe sobre essas diferenças e, por último, se há alguma coisa que gostaria que mudasse na segurança social.

Já na parte VI tentou-se perceber qual o estatuto social dos patrões através da caracterização da(s) habitação/habitacões onde os participantes trabalham, apurando quantas assoalhadas estas têm, se possuem escritório, quantas casas de banho têm e em que local se situam.

Finalmente, através da parte (VII) foi feita a recolha de dados sociográficos, caracterizadores dos entrevistados, fundamentalmente em relação ao sexo, idade, nacionalidade, freguesia onde habita, estado civil e habilitações literárias.

A elaboração do guião de entrevista necessitou de uma fase exploratória, que não só ajudou na realização deste como também fez com que o mesmo sofresse algumas alterações depois da versão piloto ter sido aplicada a duas trabalhadoras domésticas, uma nacional e outra de nacionalidade angolana. Deste modo, algumas perguntas foram reformuladas de forma a possibilitar que os participantes desenvolvessem mais o tema, e a estrutura do guião foi reestruturada de maneira a que a ordem das perguntas acompanhasse o raciocínio lógico do discurso dos entrevistados. A versão final do guião pode ser consultada no anexo A.

4.5. Estratégia de Análise de Dados

Para tratamento da informação resolveu-se utilizar a técnica de análise de conteúdo. Esta, segundo Flick (2005), consiste num procedimento de análise do material escrito. A esse procedimento está inerente um conjunto de etapas que passam por seleccionar o material a ser analisado, verificar em que situação foi produzido, categorizá-lo e definir o que realmente se deseja interpretar com base nos dados.

Como escreveu Vala (2005:110), esta técnica baseia-se na definição de categorias que têm como finalidade “...simplificar para potenciar a apreensão e se possível a explicação”. Bardin (2009:129) afirma que “tratar o material é codificá-lo” e “as categorias são os elementos chave do código do analista” (Vala, 2005:110).

Para Kelle (2002), a análise com o recurso a programas informáticos oferece um precioso auxílio no tratamento do texto. Assim, para potenciar o trabalho de análise recorreu-se à uma aplicação informática denominada de *Tropes*. A escolha desta ferramenta está relacionada com a facilidade de utilização e com o facto de a mesma apresentar inúmeras vantagens na análise de texto.

Como demonstra a “Online Reference Manual” do Tropes versão 8.1, esta aplicação foi desenvolvida para analisar textos previamente organizados. Neste caso, essa organização passou por reunir todos os textos num único documento em formato TXT e juntar as palavras compostas, para que o programa reconhecesse a expressão em si.

De seguida, o programa forneceu automaticamente uma árvore de conceitos e respectivas frequências. A partir desta elaborou-se o cenário final, esta etapa exigiu tempo e paciência, pois foi necessário analisar cada categoria facultada pela aplicação, de modo a perceber se ia ao encontro dos objectivos do estudo. Também foi preciso eliminar aquelas que não tinham interesse, fazer ajustes nas que parecessem ter potencial e acrescentar palavras ou conceitos¹.

Deste modo, reuniu-se um conjunto de seis categorias que tornaram a análise das entrevistas mais organizada.

A análise de conteúdo está também associada à análise da avaliação ou representacional, esta técnica relaciona-se com os objectivos do estudo, na medida em que, “...visa medir as atitudes dos participantes quanto aos objectos de que ele fala (pessoas, coisas, acontecimentos) e fundamenta-se no facto de que a linguagem representa e reflecte directamente aquele que a utiliza” (Vilelas, 2009:338). Neste sentido, os indicadores que tornam possível as conclusões residem no conteúdo da comunicação, isto é, são frases, locuções, expressões que se encontram no próprio texto em análise (Vilelas, 2009).

Para Bardin (2009), a análise de avaliação ou análise de asserção avaliativa deve ser efectuada segundo três etapas. Na primeira fase é necessário ter consciência que nem todo o texto deve ser levado em consideração. Sendo assim, ter-se-á que ler os textos com a finalidade de encontrar e colocar entre parêntesis os objectos de atitude, ou seja, frases que manifestem uma posição do produtor do texto perante um objecto.

De acordo com a mesma autora, na segunda fase é necessário passar à normalização dos enunciados, o que significa que a finalidade é trabalhar as frases seleccionadas de modo a “...obter formas afirmativas segundo a combinação sintáctica mais elementar (actor-acção-

¹ Para melhor entender estas etapas consultar Anexo C.

complemento), ou seja: *objecto de atitude avaliado/conector verbal/material avaliativo...*” (2009:204).

A terceira e última fase é caracterizada pela codificação, onde o codificador atribui a cada conector verbal (c) e a cada qualificador (cm) uma direcção negativa ou positiva que é também avaliada quanto a sua intensidade numa escala de sete pontos que varia de -3 a +3 (Bardin, 2009).

Neste âmbito, sempre que o verbo associa o sujeito ao seu complemento, os conectores são vinculativos, tomando uma direcção positiva, ou desvinculativos quando o verbo afasta o sujeito do seu complemento, tomando a direcção negativa. A intensidade varia conforme o grau de intensão existente no conector verbal analisado (Bardin, 2009).

Por seu turno, os qualificadores também são avaliados como positivos sempre que o termo de significação comum é favorável, e como negativos quando é desfavorável, o grau de intensidade varia entre -3 e +3 pois o nível de favoritismo/desfavoritismo pode variar entre “muito”, “bastante” e “pouco” (Bardin, 2009).

Para melhor visualizar esta técnica deve ser construído um quadro onde se encontrarão todos estes valores, assim como a notação do próprio “objecto de atitude” que se consegue através da multiplicação entre o valor do “conector verbal” e o valor do “termo de significação comum”, o total é fruto da soma destes resultados (Bardin, 2009).

Para se poder comparar os resultados de cada entrevistada entre si, numa escala de sete escalões, é necessário dividir cada valor do objecto de atitude por 3 e apresentá-los numa imagem que permita a visualização desta escala terminal (Bardin, 2009).

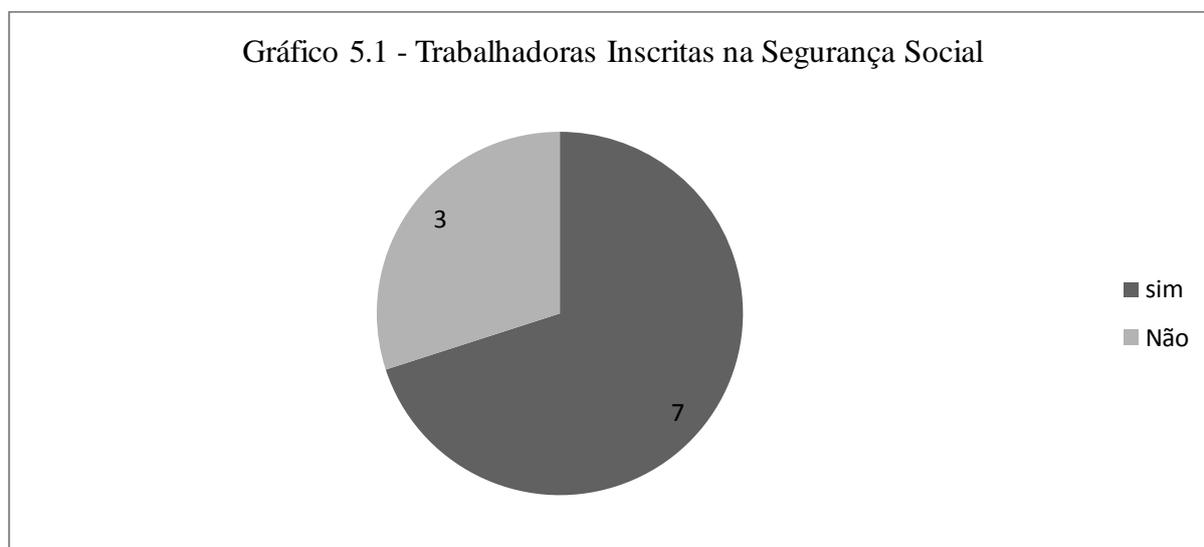
Por fim, examinou-se as entrevistas no sentido de verificar a existência de possíveis correlações entre a experiência de vida das entrevistadas e as representações sociais que estas expressam face à segurança social. Para isso analisou-se as entrevistas uma a uma, o que permitiu encontrar padrões que possibilitaram a formulação de algumas hipóteses exploratórias.

CÁPITULO V – RESULTADOS

5.1. Análise Geral dos Dados

De forma a tentar perceber as principais características dos entrevistados analisar-se-á os dados segundo indicadores que evidenciem a percentagem de participantes que se encontram inscritos na segurança social, a que tipo de regime estes se encontram vinculados, a opinião sobre a segurança social do trabalhador doméstico em relação à dos trabalhadores de outras

profissões, a quantidade de patrões a quem cada participante presta serviços e o número de assoalhadas das casas onde trabalham, assim como se estas têm ou não escritório.



Fonte: Construção Própria.

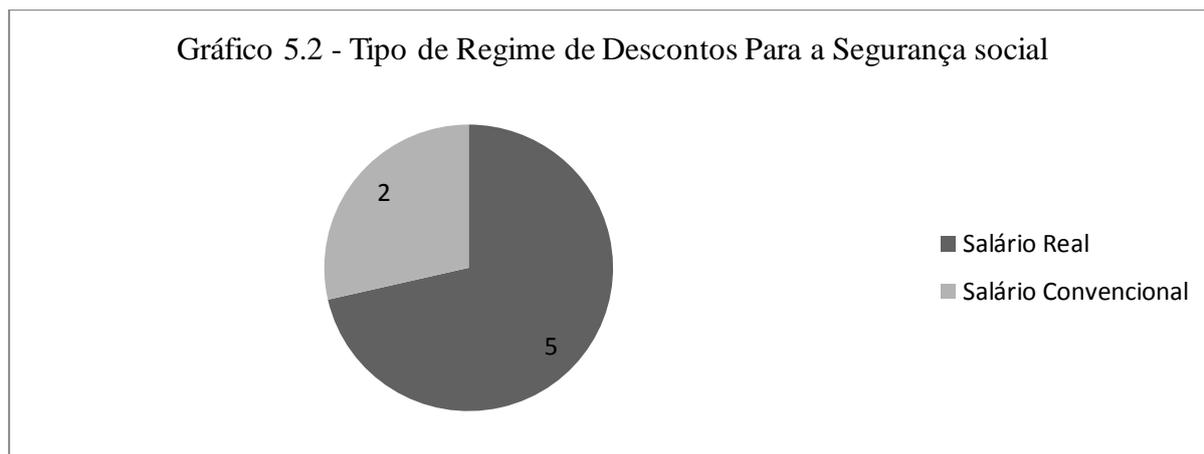
De acordo com o gráfico 5.1, três das trabalhadoras domésticas entrevistadas não se encontram inscritas na segurança social em qualquer das casas onde trabalham, ao contrário das restantes sete que são contribuintes desta entidade.

Quando questionadas sobre os motivos que as levavam a não estar inscritas, a grande maioria ou apresentava razões relacionadas com os patrões ou afirmava que não valia a pena descontar, pois isso não compensava:

“...muitas vezes a gente pede segurança social e são os patrões que não dão [...] e se eu bater o pé vou procurar trabalho para outro lado” (Ent. 3).

“Por exemplo, filhos já não vou ter, já não tenho aquela coisa de estar em casa aqueles meses todos sem receber nada e a reforma sei que vou receber a básica, por isso eu faço o meu pé-de-meia. Não dou nada à segurança social, eles só me têm tirado” (Ent. 3).

Gráfico 5.2 - Tipo de Regime de Descontos Para a Segurança social



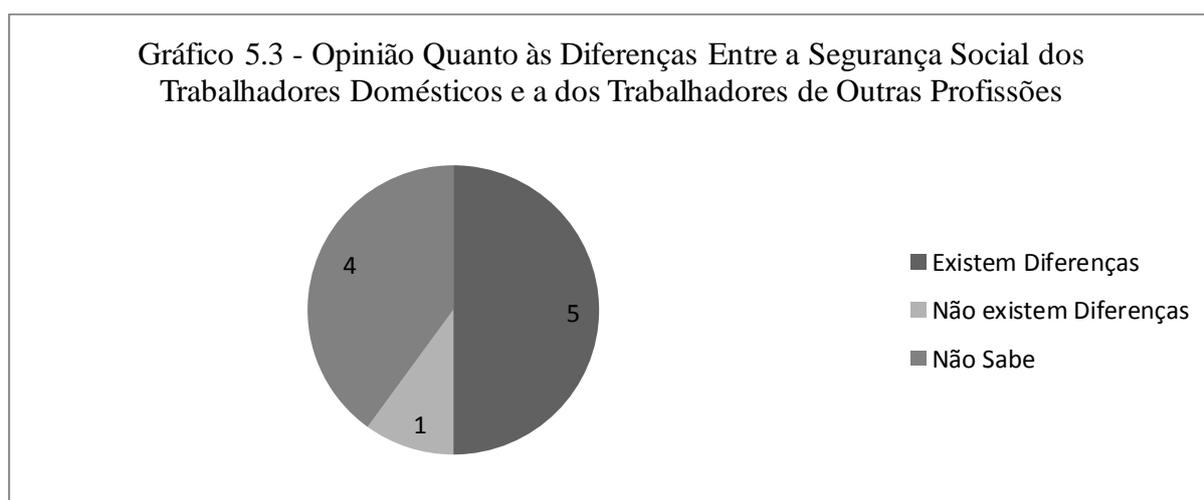
Fonte: Construção Própria

O gráfico 5.2 mostra que das sete trabalhadoras inscritas na segurança social cinco descontam com base no salário real, contra duas que descontam com base num salário convencional.

Algumas trabalhadoras afirmaram que foram os patrões que escolheram o tipo de regime a que são afectas, outras dizem que foi mútuo acordo. Quando aquelas que descontam com base no salário convencional foram confrontadas com a sua situação deram a entender que isso era vantajoso para os patrões:

“É uma maneira de eles (os patrões) não pagarem tantos descontos” (Ent. 5).

Gráfico 5.3 - Opinião Quanto às Diferenças Entre a Segurança Social dos Trabalhadores Domésticos e a dos Trabalhadores de Outras Profissões



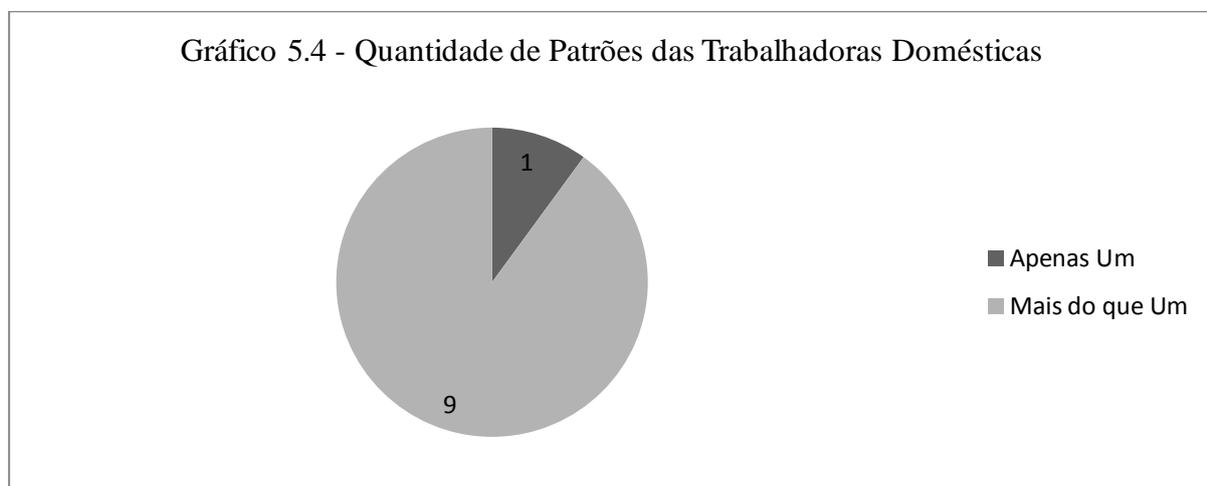
Fonte: Construção Própria

A partir do gráfico 5.3 pode-se ter uma primeira ideia da noção que as participantes têm acerca da segurança social inerente ao trabalhador doméstico. Deste modo, verifica-se que cinco das entrevistadas afirmam existir diferenças entre a segurança social do trabalhador

doméstico e a dos trabalhadores noutras profissões, quatro não sabem e uma diz não existir diferença.

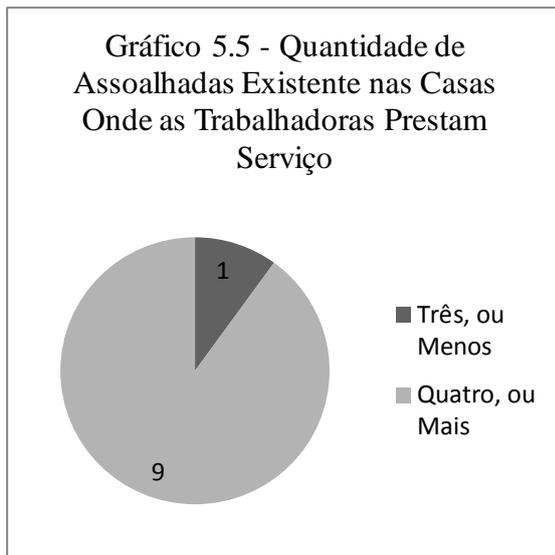
Verificou-se no decorrer das entrevistas que apesar de cinco das trabalhadoras domésticas estarem cientes da existência de diferenças não sabem que diferenças são essas, limitando-se a exteriorizar de forma genérica aquilo de que se vão apercebendo:

“Ajudam mais os outros do que as domésticas. Acho que eles não dão tanto valor à empregada doméstica, não dão. Dão mais valor aos outros porque acham que os outros é que são profissões...” (Ent. 9).

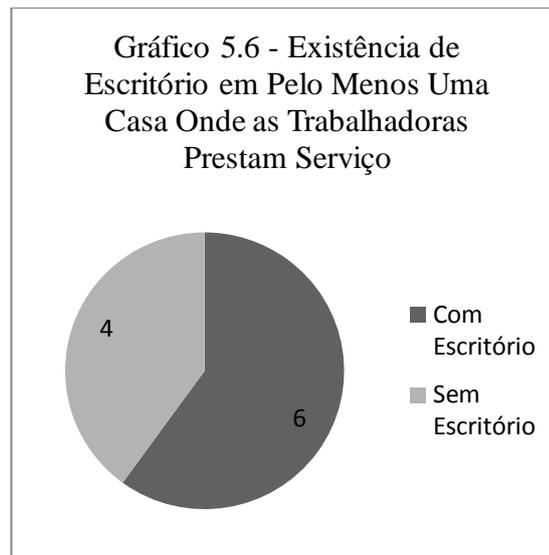


Fonte: Construção Própria

Com o gráfico 5.4 pode-se verificar que apenas uma das participantes trabalha para um patrão, segundo o art. 120/1/2 da Lei nº 110/2009, de 16 de Setembro. Isto significa que se todos os patrões fizerem os descontos das suas empregadas nove das trabalhadoras entrevistadas não poderiam descontar com base no salário real, não tendo assim acesso a determinados benefícios.



Fonte: Construção Própria



Fonte: Construção Própria

A partir da análise dos gráficos 5.5 e 5.6 é possível reconstituir, hipoteticamente, o estatuto social dos patrões e assim confirmar ou infirmar a afirmação de Gomes (2009:10), de que “empregadores e trabalhadoras domésticas pertencem, geralmente, a classes sociais diferentes”.

Neste sentido, o gráfico 5.5 demonstra que nove das entrevistadas trabalha em casas com quatro ou mais assoalhadas e o gráfico 5.6 indica que seis das participantes trabalham em casas com escritório, evidenciando que a maioria dos patrões pertence à classe social média alta, ou mesmo alta, confirmando desta forma a tese de Gomes (2009).

5.2. Análise Categorical

Com recurso à aplicação informática Tropes procedeu-se à categorização da informação recolhida com base em três critérios fundamentais: qual o nível de conhecimento dos participantes? O que estes gostariam de ver melhorado na segurança social a que têm direito? E, por último, quais os sentimentos que estes trabalhadores nutrem pela segurança social?

Importa, ainda, referir que a grelha de categorias final emergiu unicamente da análise do discurso das entrevistadas, isto é, não foi utilizado nenhum conjunto de categorias já existente.

A tabela 5.1 traduz a grelha de categorias final, assim como as frequências de cada uma destas.

Tabela 5.1 – Grelha de Categorias Final e Respectivas Frequências

Questões Sociais	75
Emprego e Trabalho	67
Vida Humana	55
Direito, Justiça e Conhecimento	51
Finanças Pessoais	33
Saúde e Doenças	30

Fonte: Construção própria

O discurso proveniente das entrevistadas possibilitou descortinar a atitude e as representações sociais que este grupo de trabalhadoras domésticas demonstra pela segurança social, bem como por aspectos com esta relacionada.

De forma a melhor visualizar os resultados foi indispensável a organização dos dados em categorias. Sendo assim, como se pode observar na tabela 5.1, foi elaborado um conjunto de seis categorias: Questões Sociais; Emprego e Trabalho; Vida Humana; Direito, Justiça e Conhecimento; Finanças Pessoais e; Saúde e Doenças.

A primeira categoria, Questões Sociais, permitiu constatar que as entrevistadas compreendem a segurança social como uma entidade que deveria prestar uma ajuda consistente, de cariz social, não só ao trabalhador mas também para toda a sua família. Ou seja, esta entidade deveria ser pautada por consciência social, prestando um tratamento justo aos trabalhadores e aos seus semelhantes:

“Acho que deveria ajudar todos aqueles que necessitam, por exemplo, aqueles que estão no desemprego, acho que deviam ajudar mais, acho que se a gente faz para lá os descontos acho que deviam ajudar. Essa ajuda devia ser a todos os níveis, filhos e outras coisas mais, acho que deviam-nos ajudar muito mais. Há muita gente desempregada que eu acho e eles não estão a ajudar o suficiente, porque chegam a uma parte e cortam, não há mais. Depois para certas pessoas há aquele subsídio não sei do quê, subsídio não sei de que mais. Isso é o que eu acho” (Ent. 4).

A categoria que se segue, Emprego e Trabalho, deixou transparecer, por um lado, a atitude das entrevistadas relativamente ao patrão, estes são vistos como pessoas distantes dos problemas inerentes ao trabalho doméstico e em quem só se confia porque não encontram

vantagens que estes lhes enganem. Por outro lado, esta categoria remete para a forma como as interlocutoras acham que segurança social vislumbra o trabalho doméstico, estas muitas vezes pensam que o trabalho doméstico é menos valorizado que as restantes profissões.

“Partindo do princípio confiei, confiei que sejam verdadeiras. Estou a trabalhar, para mentir depois eu vir a saber que não é verdade penso que a patroa estava em maus lençóis comigo, estar-me a mentir penso que não seria muito bom para ela, mentir-me” (Ent. 5).

“A minha profissão para eles não é considerada profissão... empregada de limpeza é rés-do-chão” (Ent. 10).

Com a terceira categoria, Vida Humana, verificou-se que as participantes sentem que todos os trabalhadores deveriam ser tratados da mesma forma, como seres humanos que são, pois são pessoas que se encontram em situações distintas, logo, deveria haver mais equidade no tratamento, no sentido de existir uma discriminação positiva que adequasse os direitos e os deveres à situação de cada profissão.

“Esperava que eles olhassem para as pessoas consoante o rendimento que têm, pronto, estamos a receber o ordenado mínimo e pagamos tanto de taxas moderadoras como uma pessoa que ganhe superior ao ordenado mínimo, acho que eles deviam ter diferença nisso, a taxa não devia de ser igual para toda a gente.” (Ent. 7).

Através desta categoria, Direito, Justiça e Conhecimento, foi possível analisar o que as entrevistadas pensam dos seus direitos, mais do que isso, o que acham ser os seus direitos e se estes são justos ou não, tendo em conta a sua situação de empregada doméstica. Deste modo, foi possível concluir que nenhuma tem um conhecimento minimamente abrangente sobre a segurança social do trabalhador doméstico. Apenas as entrevistadas número quatro e cinco demonstraram saber da existência de um regime desvantajoso para os trabalhadores domésticos.

“Se a gente não fizer descontos sobre uma certa percentagem não temos direito ao fundo de desemprego, não temos direito àquelas coisas todas” (Ent. 4).

No que diz respeito à categoria, Finanças pessoais, constatou-se que as participantes mencionam a questão do dinheiro, relacionando não só com aquele que recebem do seu trabalho mas também com as pensões e subsídios da segurança social.

“...eu trabalho para a dona Zulmira se a dona Paula me desse cinco euros à hora e a dona Zulmira só me der quatro, eu vou para a dona Paula, adeus dona Zulmira” (Ent. 3).

A última categoria, Saúde e Doenças, verificou-se que as participantes remetem para a questão dos médicos, consultas e saúde, deixando transparecer que é importante uma mudança na área da saúde e mostrando um grande interesse em mudar esse aspecto.

Apenas a entrevistada cinco mostrou-se incomodada com o facto dos patrões das domésticas não serem obrigados, tal como nas outras profissões, a descontar com base no salário real, sugerindo uma mudança nessa área.

“Em questão da saúde, por exemplo, termos médicos que não temos, o nosso médico reformou-se e nós ficámos sem médico de família, nunca mais tivemos médico de família. Apesar de a gente também ter seguro.” (Ent. 2).

“Sim, este aspecto, da diferença entre os patrões das domésticas e os patrões nas outras profissões”(Ent. 5).

5.3. Análise de Asserção Avaliativa

Neste tópico ir-se-á medir a atitude dos trabalhadores domésticos perante a segurança social a que têm direito, respondendo, deste modo, ao objectivo principal deste estudo.

Neste âmbito, medir-se-á a atitude de cada participante usando a técnica proposta por Bardin (2009), que foi, por sua vez, desenvolvida por Osgood, Saporta e Nunnally, explicada no subcapítulo “Estratégia de Análise de Dados”.

No quadro que se segue pode-se verificar, entre outras coisas, se a atitude de cada entrevistada é favorável ou desfavorável à segurança social numa escala de +9 a -9, sendo que o sinal positivo indica que é favorável e o sinal negativo indica que é desfavorável.

Quadro 5.1 – Notação dos Conectores, Qualificadores e Objectos de Atitude

cm					
AO (Objecto de Atitude)	C (Conector Verbal)	Valor de c	(termo de significação comum)	Valor de cm	Produto (c * cm)
E1 – A segurança social	é	+3	longas filas de espera	-3	-9
E2 – A segurança social	não tem	-3	grandes condições	+3	-9
E3 – A segurança social	faz de nós	+3	gato sapato	-3	-9
E4 – A segurança social	anda-nos	+3	a roubar	-3	-9
E5 – A segurança social	são	+3	regalias	+3	+9
E6 – A segurança social	também há	+2	muitas cunhas	-2	-4
E7 – A segurança social	não vejo	-2	grandes benefícios	+3	-6
E8 – A segurança social	neste momento	+1	está um bocado mal	-1	-1
E9 – A segurança social	não ajudam	-3	como deviam ajudar	+2	-6
E10 – A segurança social	É uma grande	+3	Tanga	-3	-9
Total					-53

Fonte: Construção Própria

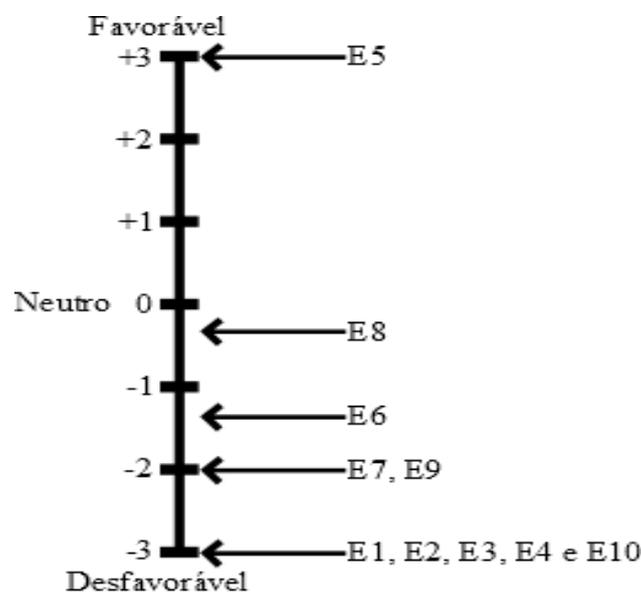
Como se pode observar a partir do quadro 5.1 só a entrevistada cinco manifesta uma atitude favorável perante a segurança social, tendo atingido a notação de +9 o máximo da escala. Todas as outras entrevistadas exprimem uma atitude desfavorável, onde cinco delas

chegam ao topo da escala com -9, duas têm a notação de -6, uma de -4, e a restante atinge a marca de -1.

Desta forma, o resultado médio da atitude das entrevistadas em relação a segurança social é desfavorável, com a classificação de -5,3 obtida através da diferença entre o total -53, e o número de entrevistadas, 10.

Para comparar os resultados das entrevistadas entre si numa escala de sete escalões procedeu-se à divisão de cada um dos resultados por três, como mostra a figura 5.1.

Figura 5.1 - Nível de Favoritismo/Desfavoritismo de Cada Entrevistada Perante a Segurança Social



Fonte: Construção Própria

A figura 5.1 representa uma escala terminal que permite observar o grau de favoritismo/desfavoritismo presente no discurso de cada entrevistada entre si. Deste modo, conclui-se que nove das participantes exteriorizaram uma atitude desfavorável e somente uma mostra uma atitude favorável, permitindo constatar que em geral as participantes têm uma postura desfavorável perante a segurança social.

A participante que manifesta a atitude favorável encontra-se no topo da escala com o valor de +3, as restantes nove que demonstram a atitude desfavorável variam entre -0,33 e -3, sendo que cinco destas atingem a classificação máxima com -3, duas têm a pontuação intermédia com -2 e as restantes obtiveram as pontuações, não tão expressivas, de -1,33 e -0,33.

5.4. A Construção das Representações e Atitudes, Algumas Hipóteses Exploratórias.

No capítulo dedicado à formação das representações sociais constatou-se que estas também reflectem as opiniões, crenças e modo de agir dos indivíduos, que muitas vezes são adquiridos através de experiências vivenciadas ao longo do seu percurso biográfico.

De forma a perceber se as representações que as entrevistadas nutrem pela segurança social estão associadas ao tipo de experiências pessoais de cada participante, ir-se-á tentar encontrar relações entre essas experiências concretas e as suas opiniões.

Neste âmbito, verificar-se-á se as respostas às perguntas, “a segurança social é algo bom ou mau para o trabalhador. Porquê?” e “sabem dizer se a protecção social do trabalho doméstico é diferente da do empregado noutras profissões” têm algum tipo de ligação às experiências concretas com os patrões e com a segurança social.

Iniciando esta análise com as entrevistadas quatro e cinco, que são as únicas que têm a noção que os trabalhadores domésticos estão abrangidos por um regime que os desfavorece, verifica-se, por um lado, que são pessoas que têm confiança nos seus patrões. Por outro lado, encontram-se no mercado de serviço doméstico há relativamente pouco tempo: há dois e cinco anos, respectivamente.

Das restantes três trabalhadoras, que se encontram há pouco tempo nesta profissão e que não demonstraram o mesmo tipo de conhecimentos, constatam-se outro tipo de particularidades. Por exemplo, no caso da entrevistada número um, de 22 anos de idade, é a mãe que trata desse tipo de assuntos com os patrões², já no caso da entrevistada número oito, o patrão é idoso e não possui conhecimentos relativamente à segurança social.

Neste sentido, poder-se-á relacionar a proximidade com os patrões e o facto de se encontrar há pouco tempo nesta profissão, com o facto de se possuir informação mais substancial. Isto sugere uma hipótese: os trabalhadores domésticos que estão há pouco tempo neste mercado de trabalho e mantêm uma relação de proximidade com os patrões estão mais bem informados sobre a segurança social a que têm direito.

No que se refere à questão se “A segurança social é algo bom ou mau para o trabalhador. Porquê?” verificou-se, depois de uma leitura geral das entrevistas, três tipologias de resposta: aquelas que acham que a segurança social é algo bom (entrevistadas 1, 3, 5); aquelas que acham que a segurança social como está é algo mau para o trabalhador

² Informação facultada após terminar a entrevista, com o gravador desligado.

(entrevistadas 4 e 10); e, por fim, aquelas que têm uma opinião intermédia, não encaram a segurança social como algo inteiramente positivo, mas apontam aspectos benéficos (entrevistadas, 2, 6, 7, 8, 9).

Quando analisadas as entrevistas mais pormenorizadamente, verifica-se que as interlocutoras de opinião intermédia são, à excepção de uma, aquelas que detêm mais anos de trabalho neste sector. Sendo assim, parece existir uma relação entre os anos de trabalho e a atitude face à segurança social. Aquelas que têm poucos anos de trabalho tendem a ter uma atitude mais extremista: ou é bom, ou é mau. No que concerne às trabalhadoras com mais anos de experiência nota-se uma atitude mais conformista, apesar de não acharem a segurança social algo indiscutivelmente positivo, tentam sempre encontrar pontos a favor. Por outro lado, mais anos de trabalho poderiam significar pertença a uma outra geração, uma geração talvez, por razões históricas, menos reivindicativa. Contudo, verifica-se que as suas idades encontram-se relativamente bem distribuídas. Deste modo, formulou-se a segunda hipótese: os anos de trabalho têm influência na atitude dos trabalhadores domésticos face à segurança social.

CONCLUSÃO

Desde o séc. XIX que a protecção social tem assumido um papel importante nas sociedades ocidentais, na medida em que tem dado um precioso contributo ao bem-estar social dos trabalhadores, protegendo-os de certos riscos comuns à condição de trabalhador.

Contudo, nem todas as profissões têm obtido um tratamento igual por parte da segurança social. No que se refere ao caso português, os trabalhadores do serviço doméstico, para além de terem entrado tarde para o leque de ofícios abrangidos pela segurança social, ainda hoje não são detentores de tantos benefícios como a maior parte dos trabalhadores de outras profissões.

Assim, o propósito deste estudo foi investigar qual a posição dos trabalhadores domésticos perante este facto, sendo que nesta fase serão enumeradas as conclusões gerais obtidas a partir da análise dos dados.

Verificou-se que se mantém a tendência de trabalhadores domésticos e patrões pertencerem a classes sociais diferentes, sendo estes últimos de uma classe mais abastada.

Apesar de metade das entrevistadas estar consciente da existência de diferenças entre a sua segurança social e a das outras profissões, não conseguiram apontar com clareza essas diferenças, demonstrando os poucos conhecimentos que possuem nesta matéria. Notou-se, ainda, que as participantes relegam os assuntos relacionados com a segurança social para segundo plano visto estarem mais preocupadas com o que vão receber, monetariamente, enquanto trabalhadoras domésticas, já que para elas esta instituição não está a prestar um serviço equitativo e justo. Ou seja, as trabalhadoras entrevistadas sentem que esta instituição não está a cumprir com os seus fundamentos de assistência e protecção económica.

Os resultados do estudo indicam que as entrevistadas gostariam de ver a assistência na saúde melhorada, queixando-se que não têm sentido apoio nesta área, quer ao nível económico, quer ao nível da resolução de problemas que possam surgir, como por exemplo ficar sem o médico de família.

Algumas das principais conclusões remetem-nos para a atitude das participantes em relação à segurança social. Nesta questão os resultados foram expressivos, sugerindo que das dez entrevistadas nove demonstram uma atitude desfavorável perante este estabelecimento de utilidade pública. Numa escala de sete pontos que varia do -3 ao +3, estas nove participantes abrangem valores entre o -0,3 e o -3, sendo que cinco delas se situam no -3, o que revela o seu sentimento de repulsa.

Assim, pode-se afirmar que as trabalhadoras domésticas em causa manifestam um explícito desinteresse pelo sistema de segurança social. Esse alheamento resulta da forma como elas sentem que são tratadas por essa instituição, se as participantes sentem que não têm nada a ganhar com a segurança social, também não se vão preocupar com esta, a não ser que não lhes reste outra alternativa.

Por outro lado, ao cruzar as opiniões das entrevistadas com as suas vivências e modo de vida foi possível elaborar duas hipóteses exploratórias: os trabalhadores domésticos que estão há pouco tempo neste mercado de trabalho e mantêm uma relação de proximidade com os patrões estão mais bem informados sobre a segurança social a que têm direito; os anos de trabalho têm influência na atitude dos trabalhadores domésticos face à segurança social.

É importante que esta problemática continue a ser alvo de estudo, não só pela sua relevância, mas também porque ao longo do processo de investigação foram detectadas algumas limitações.

Poder-se-ia enriquecer o grupo de participantes, juntando a estes, indivíduos de outras nacionalidades, assim como do sexo masculino tornando a amostra socialmente mais significativa. Por outro lado, seria vantajoso ter o apoio de uma associação, organização ou instituição reconhecida que tranquilizasse os trabalhadores domésticos quanto ao destino das suas declarações. Isto porque ao longo do período de entrevistas verificou-se que muitas das entrevistadas sentiam-se desconfortáveis em falar sobre a sua condição de contribuinte, em parte porque estavam a ser gravadas, mas principalmente porque é difícil confiar num investigador independente, que se apresente perante os interlocutores sem o apoio de uma entidade confiável.

É de referir, ainda, que uma abordagem quantitativa traria maior representatividade, podendo os resultados serem extrapolados para a população em causa.

Poder-se-ia também adoptar estratégias que permitissem perceber de que forma a segurança social do trabalhador doméstico poderia evoluir adaptando-se às necessidades deste sector.

FONTES:

- Artigo 2.º, Direito à segurança social, da Lei de Bases da Segurança Social. Disponível em: <http://doentescomcancro.org/uhdc/pdfs/LeiBasesSS.pdf> [acedido a 09-05-2012].
- Artigo 63.º/1, Segurança social e solidariedade, da Constituição da República Portuguesa. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> [acedido a 09-05-2012].
- Decreto-Lei n.º 235/92, de 24 de Outubro. Disponível em: http://sabseg.pt/legislacao/Regime_do_Contrato_de_Servico_Domestico.pdf [acedido a 03-02-2012].
- Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/2009/02/03000/0092601029.pdf> [acedido a 07-02-2012].
- Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/2009/09/18000/0649006528.pdf> [acedido a 07-02-2012].

BIBLIOGRAFIA:

- Abric, Jean-Claude (2001), “O estudo experimental das representações sociais”, *As Representações Sociais*, pp. 155-171.
- Anderson, Bridget (1999), *Devil is in the detail: some lessons to be drawn from the UK. Government's recent regularisation of migrant domestic workers*, Department of Sociology, University of Warwick.
- Anderson, Bridget (2001b), “Different roots in common ground: Transnationalism and migrant domestic workers in London” in *Journal of Ethnic & Migration Studies*, Vol. 27, nº 4, pp. 673-683, UBSCO.
- Anderson, Bridget (2001a), “Just another Job? Playing for domestic work”, in *Gender & Development*, vol. 9, nº 1, pp. 25-33, UBSCO.
- Anderson, Bridget (1997), “Servants and slaves: Europe's domestic workers”, *Race & Class*, Institute of Race Relations.
- Anderson, Bridget (2000), *Why Madam has so many bathrobes: Demand for migrant domestic workers in the EU*, Department of Sociology, University of Warwick, Coventry, CV47AL, UK, received June 2000; revised August 2000.
- Alcobaia, Paulo (2011), “Atitudes e Satisfação no trabalho” in *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, Escolar Editora.
- Bardin, Laurence (2009), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, EDIÇÕES 70, LDA.
- Batista, Patrícia Gonçalves (2011), *Imigração e Trabalho Doméstico: O Caso Português*, Lisboa, ACIDI, I.P.
- Blétière, Vanessa (2008), *Por uma Sociologia do Trabalho Doméstico: Contribuição para um Projecto Interdisciplinar*, Lisboa, Dinâmia-CET, Working Paper nº2008/62.
- Blétière, Vanessa (2008), *Reconhecer o trabalho doméstico. Desafios de uma análise sociológica*, Lisboa, Dinâmia-CET, Working Paper nº2008/71.
- Carreira, Henrique Medina (1996), *O Estado e a Segurança Social*, Lisboa, Jornal o Público.
- Cohen, Rina (1991), “Women of Color in White Households: Coping Strategies of Live-in Domestic Workers”, *Qualitative Sociology*, vol. 14, nº 2, pp. 197-215.
- Cole, Jeffrey (2006), “Domestic work life and immigration in Sicily” *Journal of Modern Italian Studies*, vol. 11, nº 1, pp. 22-36.
- Correia, José Manuel Sérvulo (1967), *Teoria da Segurança Social*, Lisboa, Instituto de Estudos Sociais.
- Flick, Uwe (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Monitor.
- Franco, Maria Laura (2004), “Representações Sociais, Ideologia e Desenvolvimento da Consciência”, *Cadernos de Pesquisa*, Vol. 34, nº 121, pp. 169-186.
- Freire, João (2000), *Atitudes face ao emprego, Trabalho e tempo livre – Os processos de motivação para o trabalho, a forma e a iniciativa*, Lisboa, Observatório do emprego e formação profissional.
- Freire, João (2006), *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução*, Porto, Edições Afrontamento.
- Grupo de Apoio às Mulheres Imigrantes (2012), *Direitos e deveres no trabalho doméstico*, Lisboa, GAMI - Grupo de Apoio às Mulheres Imigrantes, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa.

- Guibentif, Pierre (2002), *Comunicação Social e Representações do Crime*, Lisboa, Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários.
- Guibentif, Pierre (2011), *Rights perceived and practiced 2nd Part Results of the surveys carried out in Brazil, India, Mozambique and the United Kingdom, as part of the project "Domestic Work and Domestic Workers Interdisciplinary and Comparative Perspectives"*, Lisboa, Dinâmia-CET, Working Paper nº2011/02.
- Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*, Estoril, Príncípa Editora.
- Gomes, Pedro (2009), *O trabalho doméstico e as organizações de apoio – estudo comparativo sobre os sindicatos e associações de apoio ao trabalho doméstico e à luta pela sua visibilidade e reconhecimento social*, Lisboa, Dinâmia-CET, Working Paper nº2009/77.
- Günther, Hartmut (2006), “Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?”, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 22, nº 2, pp. 201-210.
- Instituto da Segurança Social (2011), “Guia Prático Inscrição, Alteração e Cessação do Serviço Doméstico”, s.l, s.n.
- Jodelet, Denise (2001), “Representações sociais: um domínio em expansão”, *As Representações Sociais*, pp. 17-44.
- Jovchelovitch, Sandra (1999), “Vivendo a vida com os outros: intersubjectividade, espaço público e Representações Sociais”, *Textos em Representações Sociais*, 5ª Edição, pp. 63-85.
- Kelle, Udo (2002), “Análise com Auxílio de Computador: Codificação e Indexação”, *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*, 7ª Edição, pp. 393-441.
- Leal, António da Silva (1966), *Organização da Previdência*, Lisboa, Instituto de Estudos Sociais.
- Lessard-Hébert, Michelle (1994), *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto PIAGET.
- Lima, Maria da Paz (1994), *Representações Sociais e Práticas Sindicais nos Sectores em Reestruturação – O caso dos lanifícios na Covilhã*, Dissertação de Mestrado em Sociologia na especialização em Sociologia do Trabalho, Lisboa, ISCTE.
- Machtan, Lothar (1999), “A construção do Estado Social Alemão e a política social de Bismarck”, *Ler História*, nº 37, pp. 7-21.
- Maia, Fernando M. (1985), *Segurança Social em Portugal. Evolução e Tendências*, Lisboa, Instituto de Estudos para Desenvolvimento.
- Marques, Fernando (1997), *Evolução e problemas da Segurança Social em Portugal no período Após 25 de Abril*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Moreira, Carlos Diogo (1994), *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Nascimento, Carlos Alves do (2004), “Pluriactividade, Pobreza Rural e Serviço Doméstico Remunerado”, *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol. 42, nº 2, pp. 341-364.
- Online Reference Manual do Tropes versão 8.1.
Disponível em: <http://www.semantic-knowledge.com/doc/V81/text-analysis/index.html> [acedido a 14-07-2012].
- Peixoto, João et al (2011), *Imigrantes e Segurança Social em Portugal*, Lisboa, Alto-comissariado para a imigração e diálogo intercultural.
- Pereira, Miriam Halpern (1999), “As origens do Estado Providência em Portugal: as novas fronteiras entre o público e o privado”, *Ler História*, nº 37, pp. 45-61.
- Pereira, Pedro Telhado (2000), *A Reforma da Segurança Social*, Oeiras, Celta Editora.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Sanches, Solange (2009), “Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente”, *Revista Estudos Feministas*, vol. 17, nº 3, pp. 879-888.
- Silva, Pedro Duarte (2005), *A Protecção Social da População Imigrante*, Lisboa, alto-comissariado para a imigração e minorias étnicas.
- Vala, Jorge (2005), “A Análise de Conteúdo”, *Metodologia das Ciências Sociais*, edição 13ª, pp.101-128.
- Vilelas, José (2009), *INVESTIGAÇÃO – O Processo de Construção do Conhecimento*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Wagner, Wolfgang (1999), “Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais”, *Textos em Representações Sociais*, 5ª Edição, pp. 149-186.

Anexo A
Guião da entrevista

Guião de Entrevista

N.º de Entrevista: _____

Data da entrevista: ____/____/2012

O meu nome é Fábio Balsa encontro-me a realizar entrevistas aos trabalhadores do serviço doméstico.

Através destas entrevistas pretendo, sobretudo, averiguar a opinião dos trabalhadores domésticos acerca da segurança social com o objectivo de aumentar o conhecimento nesta área científica. Gostaria de frisar que as respostas às perguntas que se seguem são apenas de uso académico, sendo garantido o anonimato.

Agradeço, desde já, a sua colaboração.

I – Caracterização do Tipo de Trabalho Doméstico

- 1 – Trabalha para quantos patrões diferentes?
- 2 – Quais são os seus horários de trabalho?
- 3 – Poderia falar-me das funções que desempenha na(s) casa(s) onde trabalha?

II – Conhecimento Geral do Sistema de Segurança Social

- 4 – O que vem à mente quando você pensa em segurança social?
- 5 – O que é que espera da segurança social?
- 6 – A segurança social é algo bom ou mau para o trabalhador. Porque?

III – Manifestações de Interesse Relacionadas com a Segurança Social

- 7 – Já alguma vez procurou se informar sobre a segurança social?
- 8 – (SIM) – Pode-me dizer em que situação procurou obter essa informação?
- 9 – Já teve contactos com os serviços da segurança social? A que propósito?

10 – Tem tido contactos com alguma associação/instituição que trate dos problemas de pessoas no serviço doméstico? Tem sido útil para si?

IV – Atitudes dos Patrões Perante a Segurança Social?

11 – Os seu(s) patrão/patrões alguma vez falou/falaram consigo acerca da segurança social a que tem direito?

12 – (SIM) – Pode relatar o que eles lhe disseram?

13 – Aceita como verdadeiras as explicações que o seu(s) patrão/patrões lhe dá sobre a protecção social a que tem direito? (NÃO/SIM) Porquê?

V – Percepção e Atitudes Perante a Segurança Social

14 – Encontra-se inscrita na segurança social?

15 – (SIM) – Quem faz os descontos é a senhor/senhora, a título do regime de seguro social voluntário, ou é/são o/os seu/seus patrão/patrões?

16 – (Senhor/Senhora) – Porque que é a senhora que faz os seus próprios descontos? Qual é a taxa de contribuição que optou?

17 – (Patrão) – Sabe-me dizer se desconta com base no seu salário real, ou num salário convencional abaixo do valor que realmente recebe?

18 – Quem escolheu esse regime, foi a senhora ou o/os seu/seus patrão/patrões.

19 – Sabe-me dizer porque é que foi escolhido esse regime?

20 – O que é que acha das contribuições que paga?

21 – O que é que pensa das prestações a que tem ou terá direito?

22 – (NÃO) – Pode dizer-me porque é que não se encontra inscrita e o que o(s) seu(s) patrão/patrões pensa(m) disso?

23 – Sabe-me dizer se a protecção social do trabalhador doméstico é diferente da do empregado noutras profissões?

24 – (SIM) – Podia-me dizer tudo o que sabe sobre essas diferenças?

25 – Gostaria que mudasse alguma coisa na segurança social a que tem direito. O quê?

VI – Caracterização da(s) habitação/habitações onde trabalha

26 – Quantas assoalhadas tem a casa (ou casas) onde trabalha?

27 – Trabalha numa casa (ou casas) com escritório?

28 – Quantas casas de banho tem a casa (ou casas) onde trabalha?

29 – Em que local (de Lisboa) se situa a habitação (ou habitações) onde trabalha?

VII – Caracterização Sociográfica

Género

30 – A senhora se incomodaria de me dizer quantos anos tem?

31 – Nacionalidade?

32 – Como se chama a freguesia onde habita?

33 – Tem filhos?

34 – A senhora é solteira, casada ou viúva?

35 – Qual a sua escolaridade? Quantos anos de escolaridade?

36 – Quantos anos tem de trabalho enquanto empregada doméstica?

A entrevista terminou, agradeço, mais uma vez, a sua colaboração.

Anexo B
Resumo da transcrição das entrevistas

Entrevista n.º 1

Data de realização da entrevista: 16/07/2012

I – Caracterização do Tipo de Trabalho Doméstico

Trabalho para dois patrões, não tenho horário fixo e faço limpeza geral da casa.

II – Conhecimento Geral do Sistema de Segurança Social

Para mim são longas filas de espera. Contudo, espero beneficiar do fundo de desemprego, por isso acho que é algo bom.

III – Manifestações de Interesse Relacionadas com a Segurança Social

Nunca me procurei informar sobre segurança social, no entanto já tive contactos com a segurança social, apenas, para resolver problemas.

IV – Atitudes dos Patrões Perante a Segurança Social?

Os meus patrões nunca falaram comigo a cerca da segurança social, no entanto aceito como verdadeiras as explicações dos meus patrões, caso falassem.

V – Percepção e Atitudes Perante a Segurança Social

Encontro-me inscrita na segurança social, quem faz os meus descontos são os meus patrões, desconto com base no salário real por iniciativa dos meus patrões. Não sei se existe diferenças entre a segurança social desta profissão em relação às outras e não sei o que mudaria na segurança social.

VI – Caracterização da(s) habitação/habitações onde trabalha

Trabalho em casas com três assoalhadas, uma delas tem escritório, ambas têm duas casas de banho e situam-se nas Olaias.

VII – Caracterização Sociográfica

Género: Feminino/ Idade: 22/ Nacionalidade: Portuguesa/ Freguesia onde habita: Alto da Pina/ Filhos: Não/ Estado Civil: Solteira/ Habilitações escolares:12º ano/ Anos de trabalho nesta profissão: 1

Entrevista n.º 2

Data de realização da entrevista: 19/07/2012

I – Caracterização do Tipo de Trabalho Doméstico

Trabalho para dois patrões, seis horas para um, e quatro horas para outro. Neste momento encontro-me só a limpar as escadas do prédio.

II – Conhecimento Geral do Sistema de Segurança Social

A segurança social não tem muitas condições, por isso espero que as coisas melhorem no que se refere a saúde. Mais vale ter o pouco que temos do que não ter nada.

III – Manifestações de Interesse Relacionadas com a Segurança Social

Nunca me informei sobre segurança social, nunca tive contactos com serviços de segurança social, nem com associações.

IV – Atitudes dos Patrões Perante a Segurança Social?

Os meus patrões nunca falaram comigo a cerca da segurança social a que tenho direito, mas como têm mais informação eu aceitaria o que eles me dissessem

V – Percepção e Atitudes Perante a Segurança Social

Encontro-me inscrita na segurança social, são os meus patrões que fazem os descontos, desconto o que ganho por mútuo acordo. Não sei se a segurança social do trabalho doméstico é diferente do das outras profissões, mas gostaria que melhorassem os assuntos relacionados com a saúde.

VI – Caracterização da(s) habitação/habitações onde trabalha

Eu trabalho em prédios com cinco, seis assoalhadas, com escritórios particulares, com duas, três casas de banho e situam-se nas Olaias.

VII – Caracterização Sociográfica

Género: Feminino/ Idade: 48/ Nacionalidade: Portuguesa/ Freguesia onde habita: Alto da Pina/ Filhos: dois/ Estado Civil: casada/ Habilitações literárias: Quarta classe/ Anos de trabalho nesta profissão: 12.

Entrevista n.º 3

Data de realização da entrevista: 23/07/2012

I – Caracterização do Tipo de Trabalho Doméstico

Trabalho para sete patrões diferentes entre as 9:00h e as 17:00h, faço limpeza geral e passo a ferro.

II – Conhecimento Geral do Sistema de Segurança Social

Para mim segurança social é algo bom, uma ajuda a quem precisa e espero ter reforma, mas provavelmente vou ficar sem nada

III – Manifestações de Interesse Relacionadas com a Segurança Social

Nunca me procurei informar, mas já tive contactos com serviços da segurança social, apenas, por causa dos meus filhos.

IV – Atitudes dos Patrões Perante a Segurança Social?

Os meus patrões nunca falaram comigo a cerca da segurança social e eu também não estou muito interessada nisso.

V – Percepção e Atitudes Perante a Segurança Social

Encontro-me inscrita na segurança social a descontar sobre o salário convencional, quem faz os meus descontos são os patrões, apesar de já ter encontrado aqueles que se recusavam a descontar. Tenho a noção que a segurança social dos trabalhadores domésticos é pior que a das outras profissões.

VI – Caracterização da(s) habitação/habitacões onde trabalha

Trabalho em casas com três e quatro assoalhadas, têm uma e duas casas de banho, uma delas tem escritório e situam-se em Loures.

VII – Caracterização Sociográfica

Género: Feminino/ Idade: 46/ Nacionalidade: Portuguesa/ Freguesia onde habita: São João da Telha/ Filhos: 2/ Estado Civil: Casada/ Habilitações escolares: 7º ano/ Anos de trabalho nesta profissão: 30

Entrevista n.º 4

Data de realização da entrevista: 26/07/2012

I – Caracterização do Tipo de Trabalho Doméstico

Trabalho para três patrões diferentes, os meus horários de trabalho variam entre três e quatro horas e faço limpeza geral e cozinheiro.

II – Conhecimento Geral do Sistema de Segurança Social

Acho a segurança social uma instituição em que desconto e mais tarde não vou receber nada, por isso espero que ajudem porque não ajudam. A segurança social não tem sido uma coisa boa porque não ajuda o suficiente.

III – Manifestações de Interesse Relacionadas com a Segurança Social

Nunca tive contactos com associações, já tive contactos com a segurança social quando usufrui do fundo de desemprego, mas nunca me procurei informar sobre esta.

IV – Atitudes dos Patrões Perante a Segurança Social?

Os meus patrões nunca falaram comigo a cerca de segurança social, mas confio nos meus patrões, nos meus sim.

V – Percepção e Atitudes Perante a Segurança Social

Encontro-me inscrita na segurança social, quem faz os meus descontos são os meus patrões, desconto com base no salário real por mútuo acordo e sei que se não descontarmos sobre uma certa percentagem não temos direito a certas prestações.

VI – Caracterização da(s) habitação/habitações onde trabalha

Trabalho em casas que têm entre três e cinco assoalhadas, não têm escritório, têm entre duas e três casas de banho e situam-se na zona da expo.

VII – Caracterização Sociográfica

Género: Feminino/ Idade: 45/ Nacionalidade: Portuguesa/ Freguesia onde habita: Moscavide/ Filhos: 2/ Estado Civil: Junta/ Habilitações escolares: 9º ano/ Anos de trabalho nesta profissão: 5

Entrevista n.º 5

Data de realização da entrevista: 27/07/2012

I – Caracterização do Tipo de Trabalho Doméstico

Trabalho para um patrão as oito horas, tomo conta de crianças e faço toda a lida da casa.

II – Conhecimento Geral do Sistema de Segurança Social

A segurança social é algo bom, são regalias, por isso espero um apoio.

III – Manifestações de Interesse Relacionadas com a Segurança Social

Nunca me procurei informar sobre segurança social, já tive contactos com os seus serviços para tratar do fundo de desemprego, mas nunca contactei nenhuma instituição.

V – Percepção e Atitudes Perante a Segurança Social

Encontro-me inscrita na segurança social, desconto abaixo do que realmente recebo, quem escolheu esse regime foi o patrão e gostaria que não existisse essa distinção de ser possível descontar abaixo do que recebemos.

VI – Caracterização da(s) habitação/habitações onde trabalha

A casa onde trabalho tem cinco assoalhadas, tem escritório, tem quatro casas de banho e situa-se na zona da Expo.

VII – Caracterização Sociográfica

Género: Feminino/ Idade: 59/ Nacionalidade: Portuguesa/ Freguesia onde habita: Pova de santa Iria/ Filhos: Dois/ Estado Civil: Casada/ Habilitações escolares: 7º ano/ Anos de trabalho nesta profissão: 2

Entrevista n.º 6

Data de realização da entrevista: 29/07/2012

I – Caracterização do Tipo de Trabalho Doméstico

Trabalho para dois patrões diferentes, das 14h às 17h e faço limpezas no geral.

III – Manifestações de Interesse Relacionadas com a Segurança Social

Já me tentei informar sobre segurança social e tive contactos com a mesma quando tentei tratar do rendimento social de inserção, mas nunca contactei nenhuma associação.

IV – Atitudes dos Patrões Perante a Segurança Social?

A minha patroa nunca falou comigo a cerca da segurança social, até porque já tem uma certa idade, não sei se acreditaria no que ela me teria para dizer.

V – Percepção e Atitudes Perante a Segurança Social

Não me encontro inscrita na segurança social, não sei se a segurança social do trabalhador doméstico é diferente da dos outros trabalhadores, no entanto gostaria que houvesse menos cunhas.

VI – Caracterização da(s) habitação/habitações onde trabalha

A casa onde trabalho tem quatro assoalhadas, não tem escritório, tem uma casa de banho e situa-se em moscavide.

VII – Caracterização Sociográfica

Género: Feminino/ Idade: 62/ Nacionalidade: Portuguesa/ Freguesia onde habita: Moscavide/ Filhos: 1/ Estado Civil: Viúva/ Habilitações escolares: 4º classe/ Anos de trabalho nesta profissão: 20

Entrevista n.º 7

Data de realização da entrevista: 31/07/2012

I – Caracterização do Tipo de Trabalho Doméstico

Trabalho para dois patrões, o meu horário de trabalho varia entre as 11:00h e as 17:00h, cuido de idosos, faço limpeza geral e comida.

II – Conhecimento Geral do Sistema de Segurança Social

A segurança social podia estar melhor, eu acho que, para empregada doméstica, descontamos muito, no entanto espero ter a minha reforma.

III – Manifestações de Interesse Relacionadas com a Segurança Social

Já procurei obter informação sobre a segurança social em questões de saúde, contudo nunca contactei uma associação.

IV – Atitudes dos Patrões Perante a Segurança Social?

Os meus patrões já falaram comigo acerca dos descontos, confio na palavra deles porque isto é o que está na lei.

V – Percepção e Atitudes Perante a Segurança Social

Encontro-me inscrita na segurança social, ambos fazemos descontos e faço-os com base no salário real por decisão dos patrões, sei que existe diferenças da segurança social dos outros trabalhadores, mas não sei quais são. E gostaria que as profissões menos bem remuneradas descontassem menos.

VI – Caracterização da(s) habitação/habitacões onde trabalha

As casas onde trabalho têm quatro assoalhadas, uma delas tem escritório, o número de casas de banho varia entre duas e uma e situam-se no Campo Grande.

VII – Caracterização Sociográfica

Género: Feminino/ Idade: 41/ Nacionalidade: Portuguesa/ Freguesia onde habita: São João de Brito/ Filhos: 2/ Estado Civil: Casada/ Habilitações escolares: 9º ano tirado nas novas oportunidades/ Anos de trabalho nesta profissão: 9 anos.

Entrevista n.º 8

Data de realização da entrevista: 02/08/2012

I – Caracterização do Tipo de Trabalho Doméstico

Trabalho para dois patrões diferentes, cinco horas em casa de cada uma, trato de idosos e faço limpezas geral.

II – Conhecimento Geral do Sistema de Segurança Social

Quando penso em segurança social acho que esta devia pagar as prestações às pessoas, mas sei que neste momento isto está um bocado mal, no entanto, acho que a segurança social é algo bom deste que os patrões façam os descontos.

III – Manifestações de Interesse Relacionadas com a Segurança Social

Nunca me tentei informar sobre segurança social, a não ser ir verificar se os meus patrões estavam de facto a descontar, mas nunca procurei uma associação.

IV – Atitudes dos Patrões Perante a Segurança Social?

As minhas patroas nunca falaram comigo acerca da segurança social.

V – Percepção e Atitudes Perante a Segurança Social

Não me encontro inscrita na segurança social, acho que os trabalhadores domésticos têm a mesma segurança social que os outros trabalhadores. O que está mal não é a segurança social são os governos.

VI – Caracterização da(s) habitação/habitacões onde trabalha

As casas onde trabalho têm cinco assoalhadas, não têm escritório, têm, apenas, uma casa de banho e situam-se na Bobadela.

VII – Caracterização Sociográfica

Género: Feminino/ Idade: 60/ Nacionalidade: Portuguesa/ Freguesia onde habita: Bobadela/ Filhos: 1/ Estado Civil: Viúva/ Habilitações escolares: 4ª Classe/ Anos de trabalho nesta profissão: 1

Entrevista n.º 9

Data de realização da entrevista: 03/08/2012

I – Caracterização do Tipo de Trabalho Doméstico

Trabalho para três patrões diferentes, onde faço entre três a quatro horas todos os dias uteis e faço, apenas, limpeza geral.

II – Conhecimento Geral do Sistema de Segurança Social

Quando penso em segurança social, acho que eles não ajudam como deviam ajudar e espero que um dia possam ajudar mais, por isso é algo que nem é bom nem é mau.

III – Manifestações de Interesse Relacionadas com a Segurança Social

Já me procurei informar sobre segurança social, para ajudar uma prima minha a quem lhe foi retirada uma prestação, mas nunca contactei uma associação.

IV – Atitudes dos Patrões Perante a Segurança Social?

Os meus patrões nunca falaram comigo a cerca da segurança social, mas acho que confiaria neles caso falassem.

V – Percepção e Atitudes Perante a Segurança Social

Não me encontro inscrita na segurança social, acho que a segurança social do trabalhador doméstico é diferente da dos outros trabalhadores, pois estes têm mais ajudas e gostava que ajudassem mais as domésticas.

VI – Caracterização da(s) habitação/habitações onde trabalha

As casas onde trabalho têm cinco assoalhadas, uma delas tem escritório, o número de casas de banho variam entre três e duas e situam-se em Oeiras.

VII – Caracterização Sociográfica

Género: Feminino/ Idade: 40/ Nacionalidade: Portuguesa/ Freguesia onde habita: Carnaxide/ Filhos: Não/ Estado Civil: Solteira/ Habilitações escolares: 9º ano/ Anos de trabalho nesta profissão: 9

Entrevista n.º 10

Data de realização da entrevista: 05/08/2012

I – Caracterização do Tipo de Trabalho Doméstico

Trabalho para três patrões diferentes onde os horários variam entre as seis da manhã e as oito da tarde, conforme o dia. Quanto às funções é cozinhar e limpar.

II – Conhecimento Geral do Sistema de Segurança Social

A segurança social é uma grande tanga, eu acho que eles deviam apoiar mais os idosos, porque assim como está, não está muito bem...

III – Manifestações de Interesse Relacionadas com a Segurança Social

Já me procurei informar sobre segurança social, em situação de desemprego, mas nunca tive contactos com uma associação.

IV – Atitudes dos Patrões Perante a Segurança Social?

Os meus patrões falaram comigo a cerca da segurança social para me informarem dos descontos, mas só aceito como verdade o que eles dizem porque estou mais ou menos dentro do assunto.

V – Percepção e Atitudes Perante a Segurança Social

Encontro-me inscrita na segurança social, são os meus patrões que fazem os descontos, desconto com base no salário real porque os meus patrões assim o quiseram, não

lhe sei dizer se a segurança social do trabalhador doméstico é diferente da dos outros trabalhadores mas gostaria que eles aumentassem a ajuda em caso de desemprego.

VI – Caracterização da(s) habitação/habitações onde trabalha

Trabalho nos estúdios da RTP e as outras variam entre cinco e dez assoalhadas, uma tem duas casas de banho e a outra três e situam-se no Campo Pequeno e Alvalade.

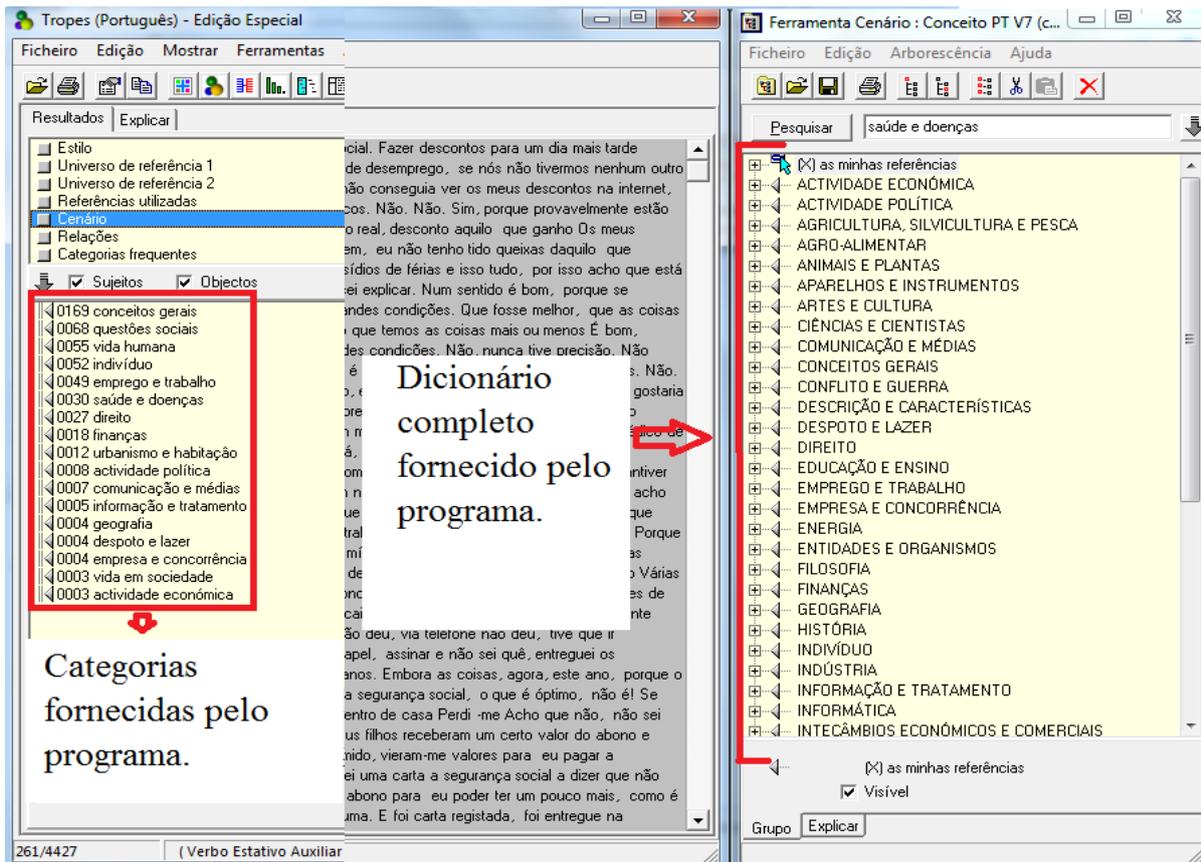
VII – Caracterização Sociográfica

Género: Feminino/ Idade: 49/ Nacionalidade: Portuguesa/ Freguesia onde habita: São João de Brito/ Filhos: 3/ Estado Civil: Divorciada/ Habilitações escolares: 9º ano unificado/ Anos de trabalho nesta profissão: 1

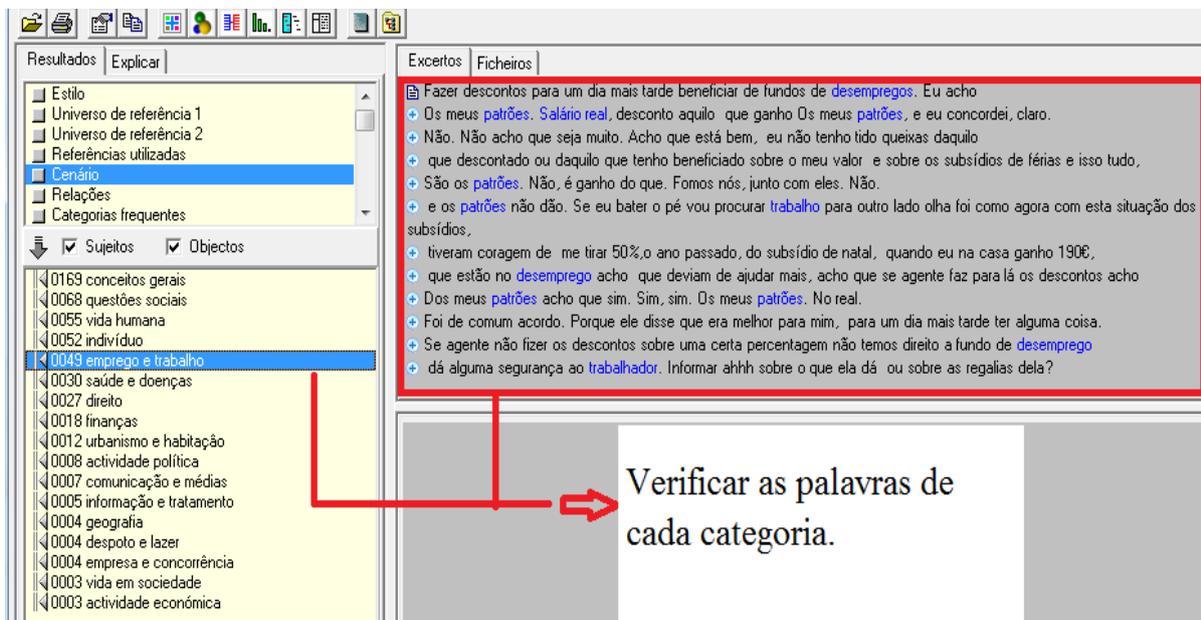
ANEXO C

Etapas da Categorização com a Aplicação Informática Tropes

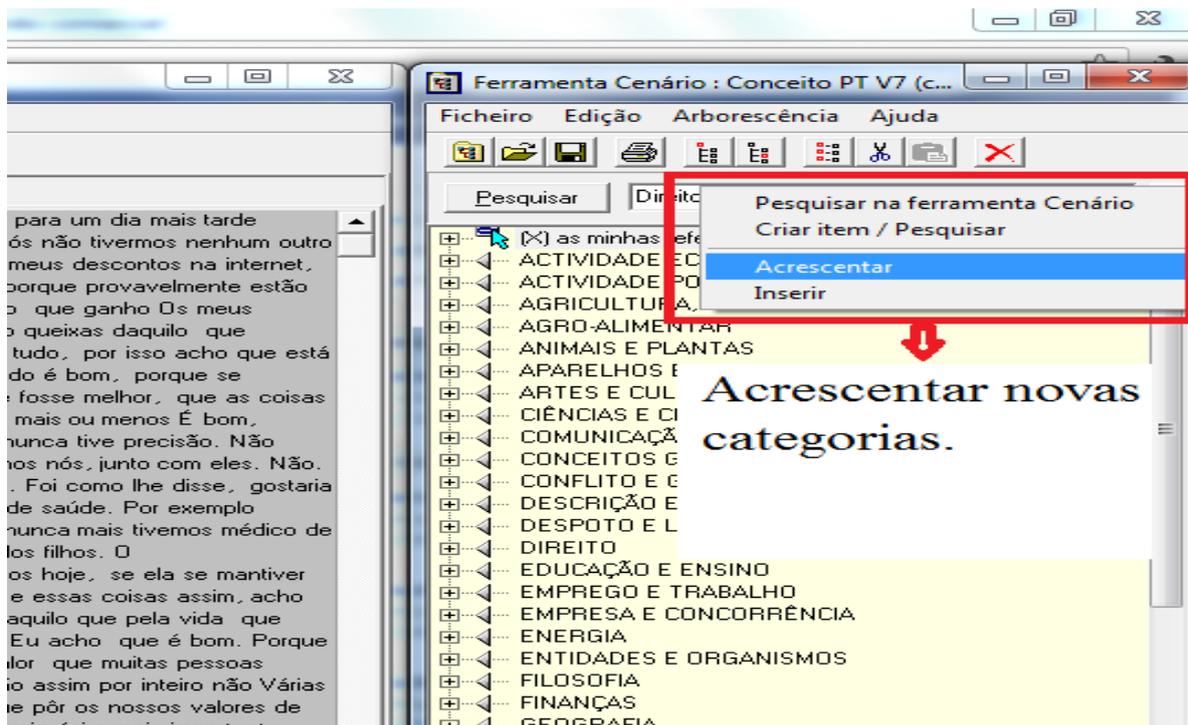
Dicionário e categorias fornecidos pelo programa Tropes.



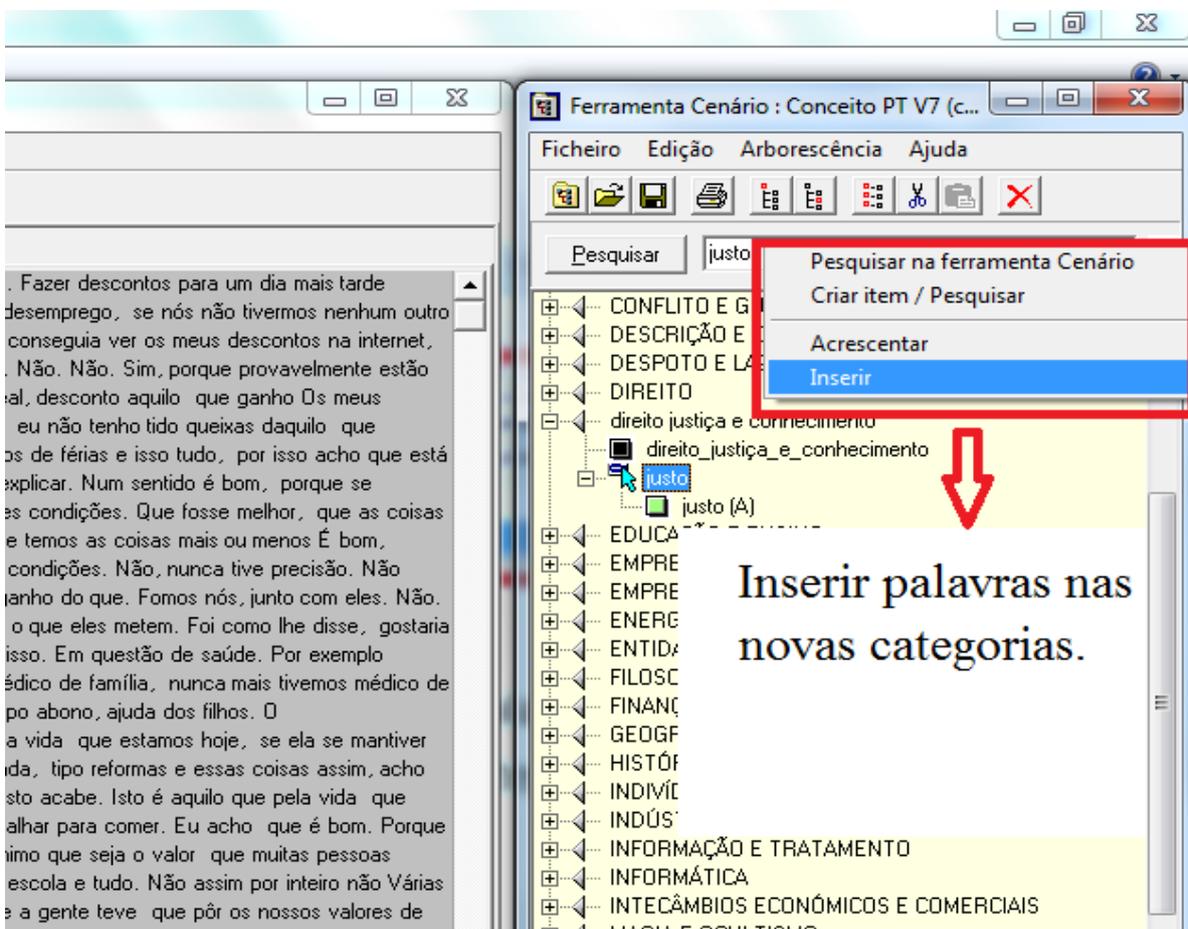
Verificação das palavras correspondentes a cada categoria



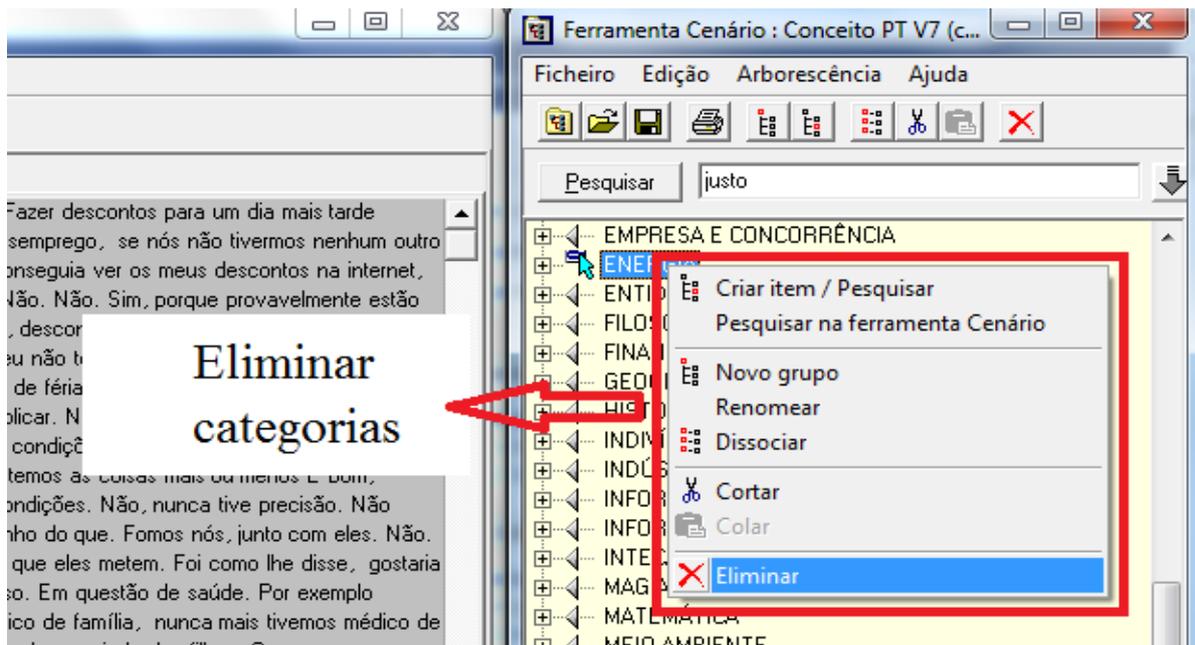
Acrescentar novas categorias



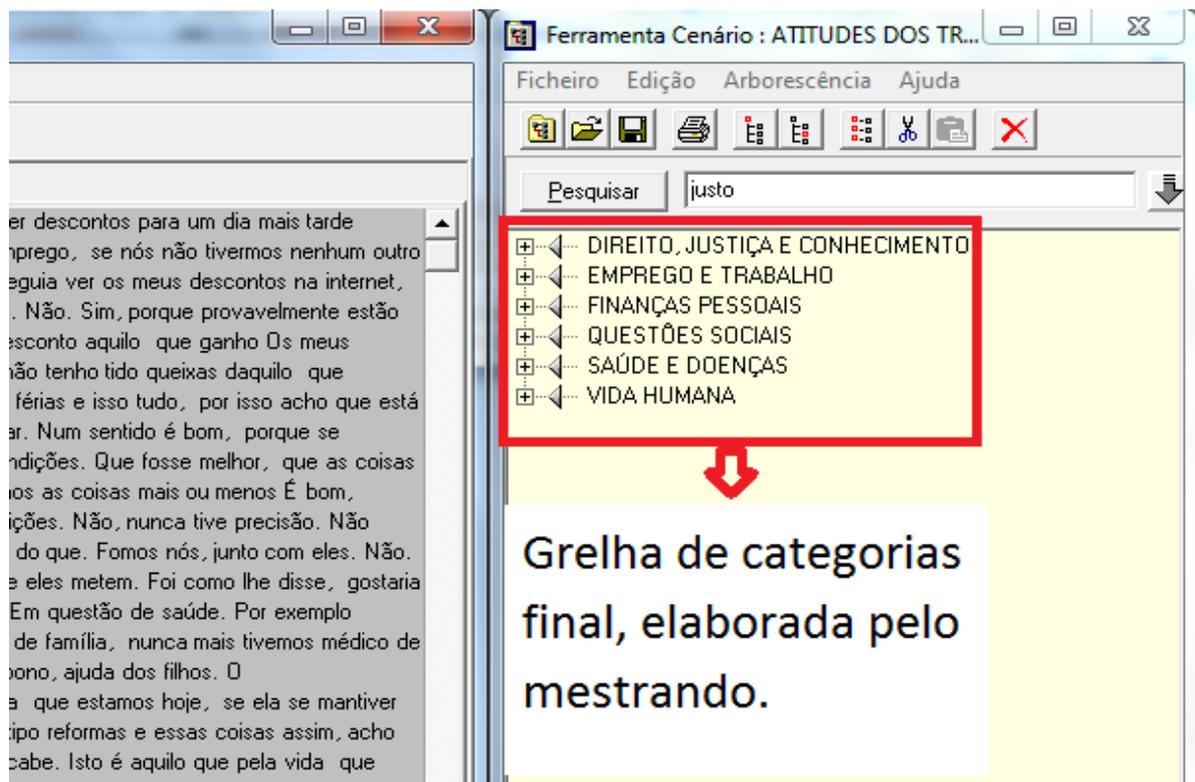
Inserir palavras nas novas categorias



Eliminação de categorias



Grelha de categorias final elaborada pelo mestrando



Curriculum Vitae

Europass Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s) **Santos Lopes Balsa Emanuel Fábio**
Morada(s) Avenida dos Estados Unidos da América, Nº 63, 1700-165 Lisboa (Portugal)
Telefone(s) 282047755 Telemóvel | 915762155
Endereço(s) de correio electrónico fabiobalsa@hotmail.com
Nacionalidade Portuguesa
Data de nascimento 12 de Dezembro 1983
Sexo Masculino

Experiência profissional

Datas 01 de Julho 2000 - 18 de Agosto 2010
Principais actividades e responsabilidades Calceteiro, Serralheiro, Electricista, Repositor de Loja e Operador de Caixa. Todas estas funções foram desempenhadas nas férias do verão, excepto as áreas de electricista e repositor.

Educação e formação

Datas 15 de Setembro 2004 - 14 de Junho 2010
Designação da qualificação atribuída 12º Ano de escolaridade da área de Ciências Sociais e Humanas, Escola Secundária Júlio Dantas de Lagos, com a média final de 16 valores. Licenciatura em Sociologia. Pós-Graduação e Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Aptidões e competências pessoais

Primeira língua **Português**

Outra(s) língua(s)

Auto-avaliação

Nível europeu (*)

Inglês

Compreensão				Conversação				Escrita	
Compreensão oral		Leitura		Interação oral		Produção oral			
B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente	B1	Utilizador independente

(*) [Nível do Quadro Europeu Comum de Referência \(CECR\)](#)

Aptidões e competências sociais Capacidade de adaptação a ambientes multiculturais, adquirida ao longo da vida.

Aptidões e competências de organização Capacidade de liderança e sentido de organização (fui presidente, durante dois anos seguidos, da comissão de uma residência de estudantes).

Aptidões e competências técnicas Domínio de programa para analisar dados, SPSS e da aplicação informática Tropes, usada na análise de conteúdo.

Aptidões e competências informáticas	Domínio do software Office (Word, Excel e PowerPoint), e do sistema operativo Windows; - Conhecimentos básicos das aplicações gráficas (PhotoShop).
Carta de condução	A1, B